

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO
(TCE-PE)**

**RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO
(2012)**

Recife, 15 de fevereiro de 2013



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

COMPOSIÇÃO DA GESTÃO (2012)

Conselheira **MARIA TERESA
CAMINHA DUERE**
Presidente

**RICARDO SAMPAIO FERREIRA DA
SILVA**
Procurador-Chefe

Conselheiro **VALDECIR FERNANDES
PASCOAL**
Vice-Presidente

**GUSTAVO PIMENTEL DA COSTA
PEREIRA**
Diretor-Geral

Conselheiro **CARLOS PORTO DE
BARROS**
Corregedor-Geral

RUY BEZERRA DE OLIVEIRA FILHO
Diretor-Geral Adjunto

Conselheiro **MARCOS COELHO
LORETO**
Ouvidor-Geral

**PAULO OTÁVIO TÁVORA
CAVALCANTI**
Chefe de Gabinete da Presidência

Conselheiro **ROMÁRIO DE CASTRO
DIAS PEREIRA**
Diretor-Geral da Escola de Contas
Públicas Prof. Barreto Guimarães

**JOSÉ DEODATO SANTIAGO
ALENCAR BARROS**
Diretor de Plenário

Conselheiro **DIRCEU RODOLFO DE
MELO JÚNIOR**
Presidente da 1ª Câmara

RÔMULO LINS DE ARAÚJO FILHO
Coordenador de Controle Externo

Conselheiro **JOÃO HENRIQUE
CARNEIRO CAMPOS**
Presidente da 2ª Câmara

CRISTIANA DE MEIRA LINS
Coordenadora de Administração Geral

**LUIZ ARCOVERDE CAVALCANTI
FILHO**
Auditor-Geral

**RODRIGO MARCEL SIQUEIRA
ARRUDA**
Coordenador de Tecnologia da
Informação

**ELIANA MARIA LAPENDA DE
MORAES GUERRA**
Procuradora-Geral

BRENO SPÍNDOLA CÉSAR CORREIA
Chefe do Núcleo de Planejamento,
Controle Interno e Desenvolvimento
Organizacional

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	5
SUMÁRIO EXECUTIVO	6
1 – INTRODUÇÃO	11
2 – SOCIEDADE	12
2.1 – Efetividade das Ações de Controle Externo	12
2.1.1 – Benefícios das Ações de Controle Externo.....	12
2.1.2 – Julgamento e Publicação de Processos.....	14
2.1.3 – Atuação Concomitante.....	17
2.1.4 – Monitoramento do Julgamento dos Pareceres Prévios pelas Câmaras.....	20
2.1.5 - Efetividade do Cumprimento das Decisões do Tribunal de Contas.....	21
2.2 – Controle Social e Transparência	21
2.2.1 – Programa “TCEndo Cidadania”.....	21
2.2.2 – Atendimento ao Cidadão.....	23
2.2.3 – Parcerias Regionais Permanentes.....	24
2.2.4 – Transparência da Gestão Pública.....	24
3 – CLIENTES	26
3.1 – Melhoria da Gestão Pública	26
3.1.1 – Orientação aos Jurisdicionados.....	26
3.1.2 – Termos de Ajuste de Gestão.....	27
3.1.3 – Sustentabilidade Ambiental e Controle Externo.....	28
3.1.4 – Auditoria Operacional.....	28
3.2 – Articulação Institucional	29
4 – PROCESSOS INTERNOS	34
4.1 – Processos Formalizados e com Instrução Concluída	34
4.2 – Pareceres e Cotas Exarados	34
4.3 – Gestão Estratégica	35
4.3.1 – Modelo de Governança.....	35
4.3.2 – Gerenciamento de Projetos Estratégicos.....	38
4.3.3 – Ações de Controle Interno na Gestão do Tribunal de Contas.....	40
4.3.4 – Gestão por Processos de Trabalho.....	40
4.3.5 – Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo.....	41
4.4 – Gestão Administrativa e Financeira	42
4.4.1 – Infraestrutura Física.....	42
4.4.2 – Execução Orçamentária.....	42
4.5 – Segurança Jurídica dos Processos Internos	44



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

5 – APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO.....	45
5.1 – Força de Trabalho.....	45
5.2 – Desenvolvimento e Valorização das Pessoas.....	46
5.2.1 - Capacitação de Servidores.....	46
5.2.2 – Avaliação de Desempenho.....	46
5.2.3 – Programa Merecer.....	46
5.2.4 – Programa TCEndo Saúde.....	46
5.3 – Gestão do Conhecimento.....	47
6 – CONCLUSÕES.....	48

APRESENTAÇÃO

Assumi a presidência do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE-PE, em janeiro de 2012, buscando administrar seus recursos com austeridade, correção e transparência, cumprindo fielmente as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Código de Administração Financeira do Estado.

Esclareço que durante o período de minha gestão (2012-13) seguirei as diretrizes do Planejamento Estratégico da instituição, debatido amplamente pelos servidores e referendado pelo Conselho, pois nele estão contidas as linhas mestras da instituição. Serão priorizadas ações que reflitam uma maior efetividade do Controle Externo e que contribuam para o aperfeiçoamento da gestão pública, transparência e controle social. Para realização dessas ações, serão necessários investimentos em tecnologia da informação, possibilitando maior celeridade, abrangência e segurança nas auditorias e fornecimento de informações à sociedade, a exemplo do Portal do Cidadão, do Portal da Saúde e do Serviço de Informação ao Cidadão em atendimento ao que determina a Lei de Acesso à Informação.

Além disso, as parcerias com outros órgãos de combate à corrupção serão a tônica da minha administração. Nesse sentido, é importante ressaltar que o TCE-PE renovou parceria com o Ministério Público de Pernambuco, para levar adiante uma proposta ousada: acabar com o "voto político" no julgamento das contas de prefeitos por parte das Câmaras Municipais. Isso consiste em exigir dos vereadores que motivem os seus votos, quando da votação das contas dos prefeitos com base nos pareceres prévios emitidos pelo Tribunal.

Este Relatório de Desempenho da Gestão disponibiliza um conjunto de informações capazes de permitir a avaliação do desempenho do Tribunal no ano de 2012.

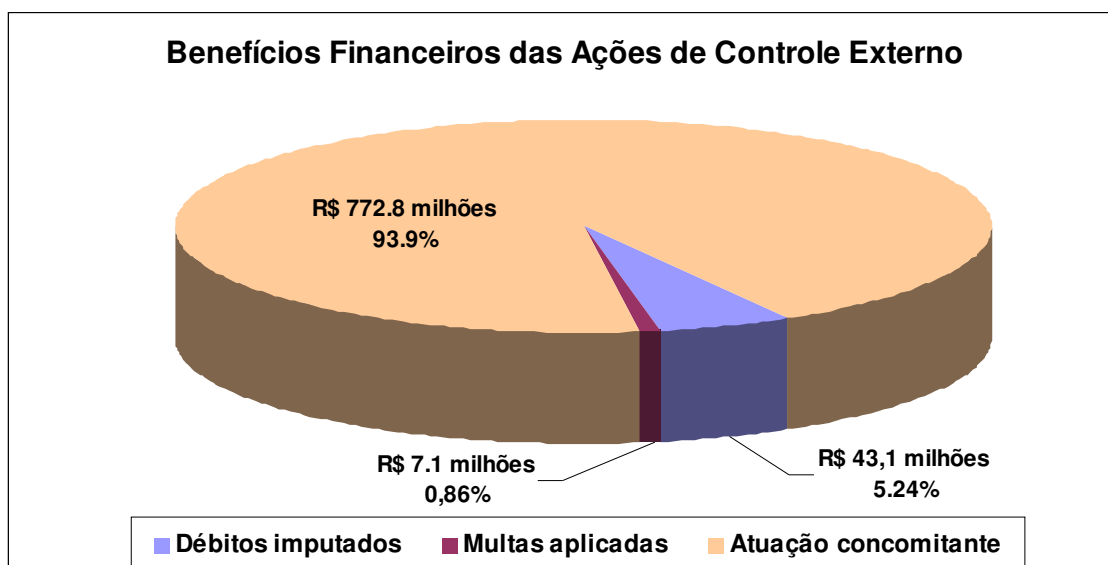
Recife, 15 de fevereiro de 2013

MARIA TERESA CAMINHA DUERE
(Presidente)

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2012, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) alcançou os seguintes resultados que refletem a efetividade de sua atuação enquanto instrumento fundamental para a melhoria da gestão pública, a defesa do interesse social e o combate à corrupção, em benefício da sociedade:

> Os benefícios gerados pela ação de controle externo exercido pelo TCE-PE, tanto para a esfera estadual como municipal, totalizaram cerca de **R\$ 823,0 milhões**, conforme detalhamento no gráfico abaixo, onde os benefícios resultantes da atuação concomitante referem-se, sobretudo, a análises de procedimentos licitatórios que acarretaram redução do preço máximo e recuperação de receitas cobradas a menor.



Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos - AP

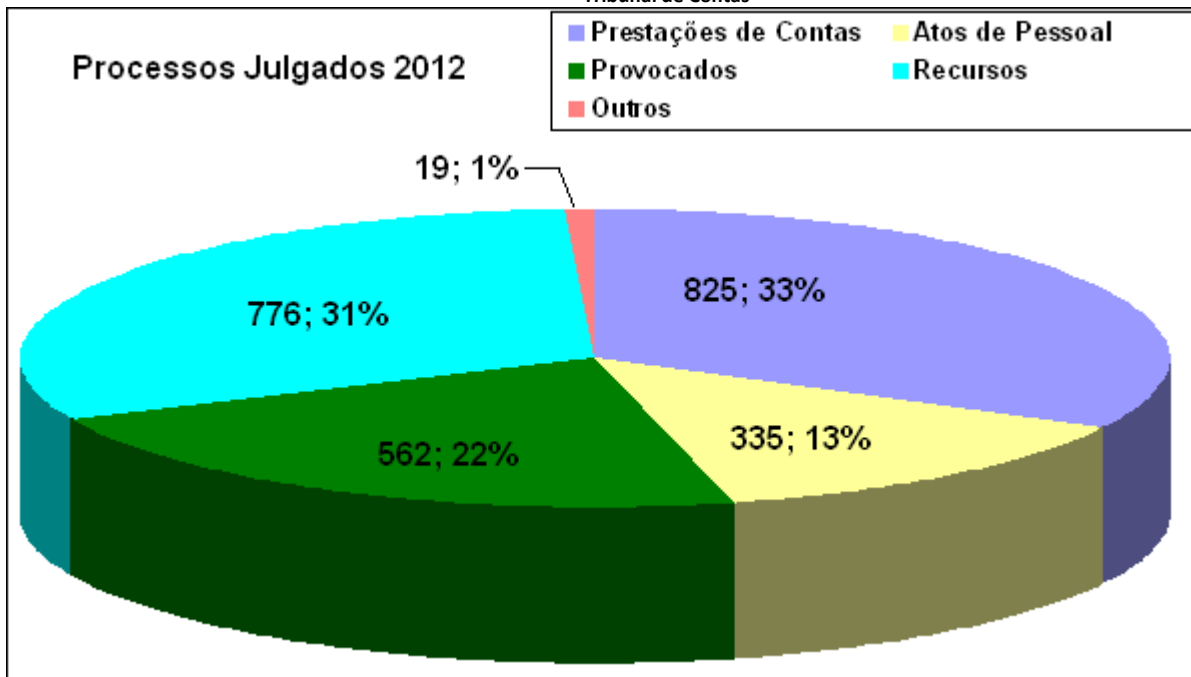
> Para cada **R\$ 1,00** de recursos estaduais alocados no Tribunal, em 2012, o benefício à sociedade foi de **R\$ 3,36**.



> O Tribunal julgou **2.517** processos (exceto Aposentadorias, Pensões e Reformas), distribuídos de acordo com o gráfico a seguir:



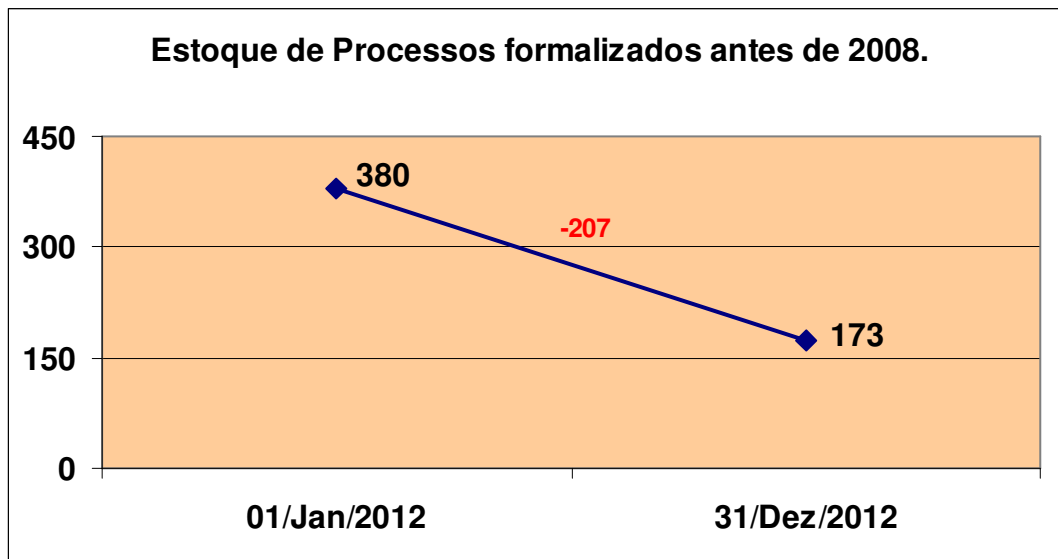
ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas



Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos - AP

> Além disso, foram julgados **9.121** processos de Aposentadorias, Pensões e Reformas.

> O TCE-PE tem trabalhado no sentido de priorizar o julgamento dos processos antigos. Para demonstrar esse esforço, no início de 2012, o estoque de processos formalizados antes de 2008 era de **380** e foram julgados **207**, ressaltando-se a tendência de diminuição desse estoque.

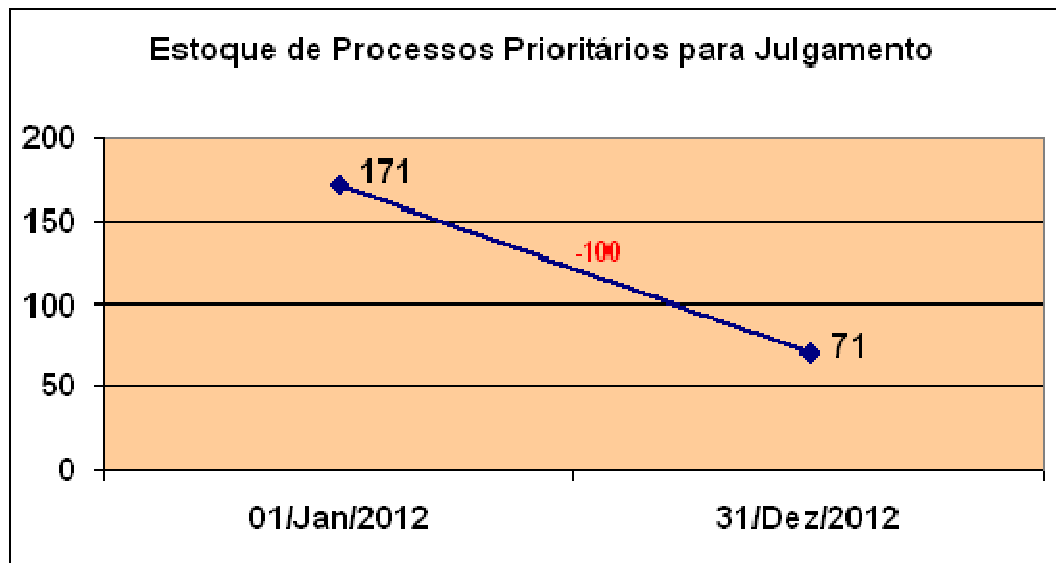


Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos – AP

> Foi definida uma terceira meta mobilizadora, ou seja, zerar os processos prioritários para julgamento (**171**). Dessa relação, no período em análise, foram julgados **100** processos.



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas



Fonte: AP (Sistema de Acompanhamento de Processos)

> Dos **11.638** processos julgados em 2012, **10.531 (90,5%)** foram julgados pelos Conselheiros e **1.107 (9,5%)** pelos Auditores (Substitutos). Excluindo os processos de Aposentadorias, Pensões e Reformas, esses números passam para: Total de processos julgados = **2.517**; pelos Conselheiros = **1.723 (68,5%)** e Auditores = **794 (31,5%)**.

> Durante todo o ano de 2012, o Tribunal realizou **228** sessões, sendo **47** do Pleno, **91** da 1ª Câmara e **90** da 2ª Câmara.

> Além de todos os processos julgados, o TCE-PE emitiu Parecer Prévio recomendando à Assembleia Legislativa a aprovação da Prestação de Contas do Governo do Estado, referente ao ano de 2010. No que se refere às contas de 2011, foi efetuado trabalho de auditoria ao final do exercício de 2012, cujo processo encontra-se em fase de defesa, aguardando, emissão de Parecer Prévio por este Tribunal.

> Com relação à publicação de processos, em 2012, registra-se o número de **11.427** deliberações publicadas atingindo um desempenho de **97,8%** no período. O tempo médio de publicação dessas deliberações foi de **13** dias.

> O TCE-PE encaminhou ao Ministério Público de Pernambuco a documentação para o afastamento de três prefeitos do Estado de Pernambuco. O MPPE endossou o pedido no Tribunal de Justiça, que o aprovou por unanimidade. No caso de Araripina, considerado o mais grave, o TCE-PE votou pela intervenção estadual e o Ministério Público endossou o pedido na Corte Especial do Tribunal de Justiça, levando o Governador a nomear um interventor, que administrou a cidade até 31 de dezembro de 2012. Nos demais casos, Araçoiaba e Bezerros, estavam gerindo a cidade os vice-prefeitos, por ordem dos juízes de direito das respectivas Comarcas.

> Com relação à atuação concomitante, no exercício de 2012, foram realizadas **284** auditorias de acompanhamento em unidades gestoras estaduais e municipais, nas áreas: contábil, administrativa, saúde, educação, previdência e em obras e serviços de engenharia. Foram identificados **1.477** achados negativos, sanados **41** e propostas **887** medidas corretivas. Esse esforço significou auditoria em recursos financeiros da ordem de **R\$ 10,4 bilhões**.

> Outra ação que contribui para o aumento da efetividade da atuação do Tribunal de Contas é a análise de editais, na medida em que as falhas são identificadas antes da realização das licitações e dos concursos públicos. Foram analisados **320** editais de licitação e contratos, ressaltando que **103** foram na área de Engenharia e **79** referentes a Atos de Pessoal. Os recursos envolvidos nessas análises somam **R\$ 24,8 bilhões**.



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

- > Foram emitidas **75** Medidas Cautelares, nas seguintes modalidades: **33** Auditorias Especiais, **20** Pedidos Incidentais, **16** Medidas Cautelares, **5** Pedidos de Rescisão e **1** Denúncia. Desse total, todas foram adotadas e referendadas pelo Pleno/Câmaras, sendo **66 (88,0%)** da esfera municipal e **9 (12,0%)** da estadual.
- > O Tribunal de Contas, através do programa TCEndo Cidadania, atingiu no período um total de **6.470** pessoas estimuladas a exercer o Controle Social, distribuídas pelas seguintes ações: a) Escola da Cidadania = **5.118** em **39** instituições; b) Fórum TCEndo Cidadania = **605** em **7** municípios e c) Curso de Gestão Pública para representantes de Conselhos Municipais = **747** em **18** municípios.
- > Foram registradas **998** demandas do cidadão, destacando-se **673 (68,0%)** relacionadas a informações sobre Atos de Gestão e **237 (24,0%)** à orientação técnica. O grau de atendimento conclusivo das demandas que ingressaram foi de **55%** do total líquido, que corresponde a **610** demandas. Computando as demandas em aberto de exercícios anteriores, até dezembro de 2012, o estoque totalizou **665** demandas pendentes de solução final.
- > O Tribunal de Contas, no ano de 2012, fortaleceu sua parceria com o Ministério Público de Pernambuco, visando a uma maior efetividade das ações de controle externo desenvolvidas. Esse fato acarretou: a) O aprofundamento do debate com a sociedade acerca do julgamento pelas Câmaras dos pareceres prévios emitidos pelo Tribunal, sem a observância do devido processo legal e b) o aumento no número de Câmaras que informaram o seu julgamento ao Tribunal. É importante ressaltar que essa Corte de Contas é a primeira no Brasil a desenvolver esse tipo de ação.
- > Registrou-se o acompanhamento *in locu* dos trâmites processuais de **178** Ações de Execução Judicial dos débitos imputados pelo TCE-PE, em curso, em comarcas da Região Metropolitana do Recife.
- > Com relação à Lei de Acesso à Informação - LAI, o TCE-PE aprovou uma Resolução regulamentando a Lei Federal nº 12.527/2011 que entrou em vigor a partir de maio/2012. Importante destacar que o TCE-PE foi o primeiro Tribunal de Contas do Brasil a regulamentar essa lei. Nesse sentido, foi implantando o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC. Esse serviço disponibiliza no sítio da internet dados de interesse do cidadão e formulário eletrônico para solicitação de informações. Foram registradas **128** solicitações de informações, de maio a dezembro de 2012, e todas foram respondidas no prazo legal.
- > O Tribunal de Contas enviou à Justiça Eleitoral, em julho de 2012, a lista dos gestores públicos que tiveram suas contas rejeitadas nos últimos oito anos. A relação, com **1.392** nomes, foi disponibilizada no sítio do TCE-PE para efeito de consulta por parte dos interessados. A divulgação é uma exigência da Lei das Eleições (Lei Federal nº 9.504/97).
- > O projeto estratégico de implantação do **Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – SAGRES** teve como principais resultados a instituição da coleta de dados em formato que permite análise automatizada. Atualmente, a base de dados do SAGRES contém orçamentos do ano de 2012 de **182 municípios**, perfazendo um total de mais de **R\$ 18 bilhões**, passíveis de serem auditados
- > Em 2012, a Ouvidoria realizou encontros e visitas locais a entidades sociais parceiras de Petrolina e da região da mata Sul de Palmares, totalizando 2 encontros e 58 entidades visitadas.
- > Outra forma importante de comunicação com o público externo é o meio eletrônico (internet) onde o sítio do TCE-PE contabilizou no período **430.881** acessos.
- > O TCE-PE lançou na internet, em novembro de 2011, o Portal do Cidadão, contendo informações sobre receitas, despesas, licitações, contratos e informações relacionadas à saúde dos diversos municípios pernambucanos. Até dezembro de 2012, foram registrados **26.578** acessos ao referido Portal. O Portal do Cidadão é referência em matéria de transparência. Obteve o 2º lugar na premiação nacional de desenvolvedores QlikView (ferramenta utilizada para o desenvolvimento do portal), em evento que se realizou em São Paulo no mês de julho/2012.



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

- > O Tribunal mais uma vez inovou publicando o Portal da Saúde. Nessa área, o cidadão tem acesso a informações dos municípios tais como taxa de mortalidade infantil, taxa de gravidez na adolescência, despesa com medicamentos por habitante, dentre outros, além de poder verificar o ranking entre municípios.
- > Destaca-se ainda que o TCE-PE ministrou um curso sobre o Portal do Cidadão direcionado para jornalistas de diferentes órgãos de imprensa de Pernambuco. Além disso, o Portal foi indicado para concorrer ao “Prêmio Nacional de Transparência da Câmara dos Deputados”.
- > Neste ano, o Tribunal efetivou a criação do Grupo de Sustentabilidade que tem por objetivo desenvolver ações de estímulo à prática da sustentabilidade ambiental no âmbito das suas dependências, bem como incorporar esse relevante tema às ações de controle externo. Ressalta-se a realização do encontro de “Sustentabilidade e Controle Externo nos Municípios”, com informações acerca da contribuição do TCE-PE como órgão de Controle Externo, bem como de outros órgãos/entidades da administração pública, na busca pela sustentabilidade ambiental no Estado, apresentando as ações a serem desenvolvidas por esses órgãos/entidades e debatendo o tema com alguns dos principais atores envolvidos.
- > Ainda como ações efetivas do Tribunal nessa área, destacam-se: a auditoria operacional iniciada no último trimestre de 2012, com foco nos critérios e procedimentos referentes à liberação da parcela do ICMS Socioambiental para os Municípios, relativa à existência e funcionamento de destinação ambientalmente adequada dos seus resíduos sólidos; e a assinatura, juntamente com o MPPE, MPT e CPRH, de Notificações Preliminares Preventivas que serão encaminhadas aos prefeitos de todos os Municípios do Estado.
- > A Escola de Contas, objetivando a melhoria da gestão pública, realizou **120** capacitações com **3.173** servidores de jurisdicionados do TCE-PE, entre cursos presenciais, conveniados e de educação a distância.
- > Em 2012, a ECPBG foi credenciada pelo Conselho Estadual de Educação para oferecer curso de pós-graduação lato sensu e de especialização em Gestão Pública e Controle. É mais um passo que o Tribunal acaba de dar para que a Escola se prepare ainda mais para continuar dando cursos de capacitação aos gestores públicos de Pernambuco.
- > O Tribunal com apoio do Governo do Estado realizou seminário sobre as novas normas de contabilidade pública e privada aplicadas às Unidades Gestoras estaduais. Cerca de **300** pessoas participaram desse evento.
- > Ainda com referência à orientação aos jurisdicionados, em 2012, foram formalizados **8** Termos de Ajuste de Gestão - TAGs, sendo **3** para a esfera estadual e **5** para a municipal, versando sobre deficiências de natureza operacional (diárias, utilização de veículos, pregão, bens imóveis não registrados, não implementação da nova contabilidade societária em vigor no país, não divulgação de informações na internet, etc.).
- > Para melhorar a integração com os parceiros foram desenvolvidas ações de fortalecimento da articulação institucional, especialmente com órgãos também ligados ao controle externo. Até dezembro de 2012, foram firmados **7** novos convênios ou dado continuidade aos já existentes, perfazendo um total de **41** convênios.
- > Dando continuidade ao processo de planejamento, foi elaborado o III Plano Estratégico do TCE-PE para o período de 2013-2018. Os grandes resultados a serem entregues para a sociedade são: aumentar a efetividade do controle externo, contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública e contribuir para a transparência e o exercício do controle social. Neste plano, as metas mobilizadoras referem-se à tempestividade no julgamento dos processos. Ao final do ciclo, a meta é zerar o índice de processos acima do prazo para julgamento.

1 – INTRODUÇÃO

Em fins de 2007, o TCE-PE concluiu a elaboração do II Plano Estratégico, para o período 2008-12, com uma metodologia de caráter participativo, havendo sido construída a seguinte identidade organizacional:

MISSÃO:

Fiscalizar e orientar a gestão pública em benefício da sociedade.

VISÃO:

Ser identificado pela sociedade como instrumento efetivo na melhoria da gestão pública, na defesa do interesse social e no combate à corrupção.

Este Relatório de Desempenho da Gestão - 2012 foi elaborado tomando por base as perspectivas contidas no Mapa Estratégico do Tribunal (Sociedade, Clientes, Processos Internos e Aprendizagem e Crescimento), além dos respectivos objetivos estratégicos, cujas ações e resultados alcançados estão distribuídos em diversos capítulos.

No segundo capítulo - “**Sociedade**” - estão descritas as principais atividades desenvolvidas referentes aos temas: a) Efetividade das Ações de Controle Externo e b) Controle Social e Transparência.

O terceiro capítulo - “**Clientes**” - agrega ações de Melhoria da Gestão Pública e de Articulação Institucional.

O quarto - “**Processos Internos**” - está representado por diversos assuntos como: Processos Formalizados e com Instrução Concluída, Gestão Estratégica, Administrativa e Financeira do Tribunal e Segurança Jurídica dos Processos Internos.

No quinto capítulo “**Aprendizagem e Crescimento**” são apresentadas as ações que foram desenvolvidas à Gestão de Pessoas, mais especificamente, sobre Força de Trabalho, Desenvolvimento e Valorização das Pessoas e o sexto capítulo foi dedicado às **Conclusões**.

2 – SOCIEDADE

2.1 – Efetividade das Ações de Controle Externo

2.1.1 – Benefícios das Ações de Controle Externo

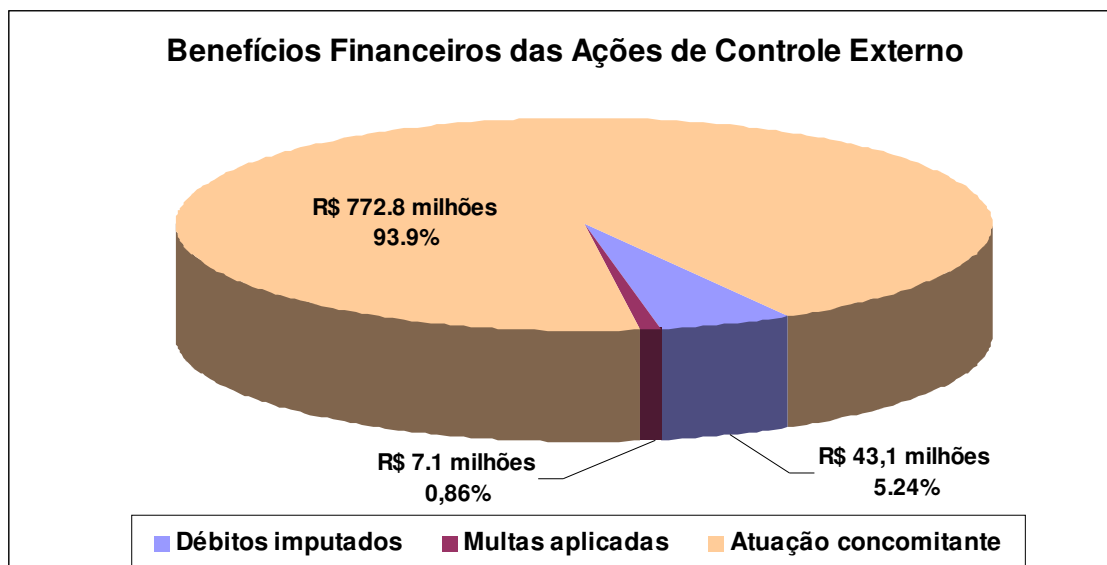
A atuação do Tribunal de Contas gera benefícios, financeiros e não financeiros, à sociedade pernambucana, tendo em vista que fiscaliza a execução das políticas públicas e a correta aplicação dos recursos públicos.

Os benefícios financeiros, potenciais e efetivos, totalizaram de janeiro a dezembro de 2012 cerca de **R\$ 823 milhões**, conforme detalhamento na planilha e gráfico a seguir:

BENEFÍCIOS		RECURSOS FINANCEIROS (R\$ 1.000,00)			
Natureza	Tipo	Estaduais	Municipais	Total	%
Resultado Potencial (*)	Débitos Imputados	4.077,79	39.056,69	43.134,48	5,2
	Multas Aplicadas	288,34	6.799,18	7.087,52	0,9
Resultado Efetivo	Atuação Concomitante	752.786,02	20.000,70	772.786,72	93,9
TOTAL		757.152,15	65.856,57	823.008,72	100,0

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos - AP

(*) Para o cálculo do resultado potencial, consideram-se os valores publicados no Diário Oficial, independentemente do trânsito em julgado.



Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos - AP

Os benefícios resultantes da atuação concomitante estão assim discriminados:



Unidades Gestoras	Valor dos Benefícios (R\$)	Descrição dos Benefícios Resultantes da Atuação Concomitante
SUAPE	361.035.000,00	Recuperação de receitas de arrendamento do Terminal de Contêineres de SUAPE cobradas a menor.
Secretaria de Administração do Estado	232.560.000,00	Redução do preço do edital em função do aumento da competitividade no pregão do PE-Conectado.
SUAPE	33.600.000,00	Adequação dos contratos de consultoria aos valores de mercado.
Secretaria de Educação do Estado	26.000.000,00	Redução do preço do edital em função do aumento da competitividade na licitação de aquisição de tablets.
Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa	26.800.000,00	Redução do preço do orçamento do Pregão N° 009 / 2012, cujo objeto é o "Registro de Preços, objetivando a aquisição de tubos em PVC".
Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes	14.700.000,00	Redução de preço máximo em processo licitatório.
Secretaria das Cidades do Estado	17.539.000,00	Redução de preço máximo em processo licitatório.
Secretaria de Educação do Estado	10.744.971,81	Redução de preço máximo em processo licitatório.
Secretaria de Turismo do Estado	5.033.000,00	Redução de preço máximo em processo licitatório.
Outras	44.804.750,00	-
TOTAL	772.786.721,81	

Fonte: Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional - NPC

Em 2012, para cada **R\$ 1,00** de recursos estaduais alocados no Tribunal, o benefício à sociedade foi de **R\$ 3,36**.



Com relação à atuação concomitante, os resultados são referentes a análises de procedimentos licitatórios que acarretaram redução do preço máximo e recuperação de receita nas seguintes entidades:

a) Esfera Estadual: Porto de SUAPE, Companhia Pernambucana de Saneamento, Secretaria das Cidades, de Recursos Hídricos e Energéticos, de Transportes, de Turismo, de Educação, de Administração, Fundação do Patrimônio Histórico do Estado de Pernambuco e Assembléia Legislativa.

b) Esfera Municipal: Prefeituras Municipais de Dormentes, Condado e de Jaboatão dos Guararapes; Câmara Municipal de Belo Jardim; e, no Recife, a Autarquia de Saneamento, a Empresa de Urbanização – URB e a Companhia de Trânsito e Transporte Urbano – CTTU.

Além dos benefícios com repercussão financeira, destacam-se as intervenções nas políticas públicas dos jurisdicionados, fazendo valer os ditames constitucionais de aplicação mínima de recursos em Saúde e Educação e ainda a prevenção de desperdícios dos recursos públicos.

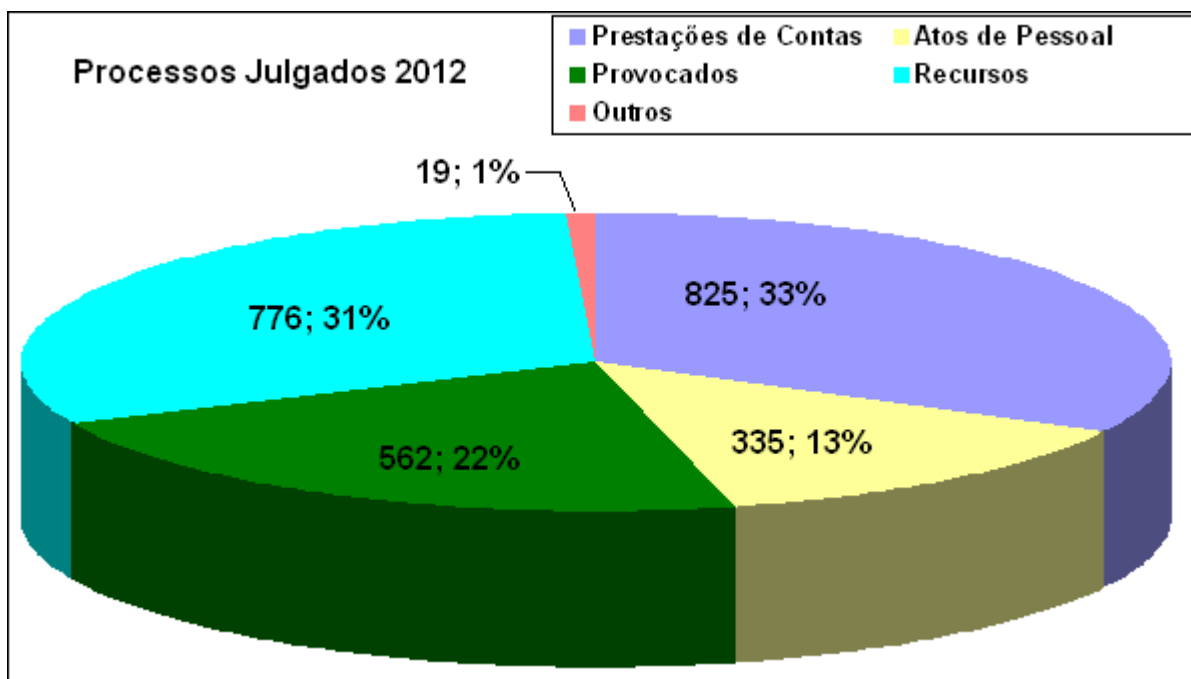
2.1.2 – Julgamento e Publicação de Processos

As metas mobilizadoras do Tribunal de Contas têm por finalidade indicar áreas e projetos prioritários em que servidores e dirigentes concentrarão seus esforços, mobilizando toda a Casa para a sua consecução. Essas metas para o ano de 2012 foram as seguintes:

METAS MOBILIZADORAS PARA 2012:

- 1 – Julgar 2.750 processos (Exceto Aposentadorias, Pensões e Reformas).**
- 2 – Zerar o estoque de processos formalizados antes de 2008 (todas as modalidades = 380 processos).**
- 3 – Zerar o estoque de processos prioritários para julgamento (todas as modalidades = 171 processos).**

Em 2012, o Tribunal definiu a meta de julgar **2.750** processos (exceto Aposentadorias, Pensões e Reformas). Nesse sentido, foram julgados **2.517** correspondendo a **91,5 %** da meta anual, assim distribuídos:

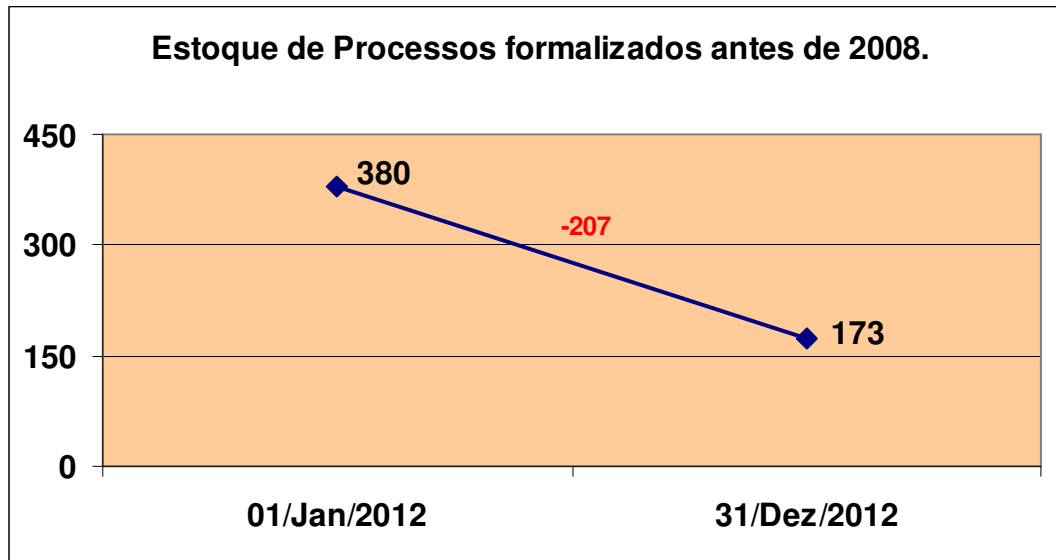


Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos - AP

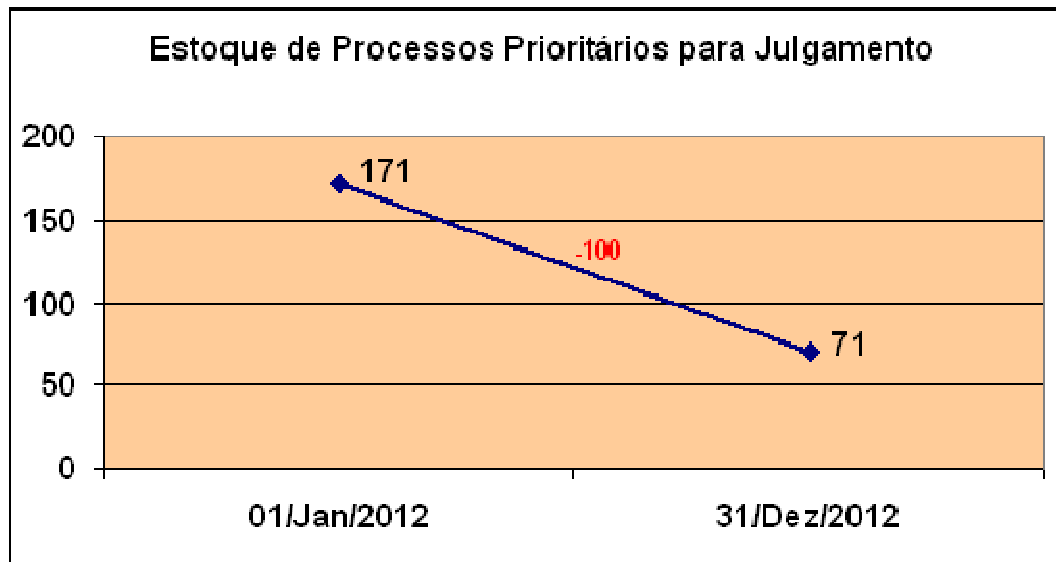


ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Em relação à segunda meta mobilizadora referente a estoque de processos formalizados antes de 2008 (380), foram julgados 207 processos em 2012, correspondendo a 54,5 % da meta anual.



Além disso, foi definida uma terceira meta mobilizadora de redução de processos prioritários para julgamento (171). Dessa relação, no período em análise, foram julgados 100 processos (58,5%).



Todos os processos do Tribunal de Contas estão distribuídos por grupos e os dados resultantes dos julgamentos são os seguintes:



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Grupos de Processos	Processos Julgados	
	Nº	%
Prestação de Contas	825	7,1
Atos de Pessoal	335	2,9
Aposentadorias, Pensões e Reformas	9.121	78,4
Provocados	562	4,8
Recursos	776	6,7
Processos Administrativos	3	0,0
Intervenção na Gestão	16	0,1
TOTAL	11.638	100,0

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos - AP

Dos **11.638** processos julgados em 2012, **10.531 (90,5%)** foram julgados pelos Conselheiros e **1.107 (9,5%)** pelos Auditores (Substitutos). Excluindo os processos de Aposentadorias, Pensões e Reformas, esses números passam para: Total de processos julgados = **2.517**; pelos Conselheiros = **1.723 (68,5%)** e Auditores = **794 (31,5%)**.

Durante todo o ano de 2012, o Tribunal realizou **228** sessões, sendo **47** do Pleno, **91** da 1ª Câmara e **90** da 2ª Câmara. As análises das Contas julgadas pelo Tribunal em 2012 tiveram a seguinte configuração:

Análises	Nº	%
Pareceres Prévios sobre Contas de Prefeituras	326	100,0
Recomendando a aprovação	2	0,6
Recomendando a aprovação com ressalvas	125	38,3
Recomendando a rejeição	187	57,4
Outros	12	3,7
Acórdãos Emitidos sobre Contas de Mesa de Câmaras	109	100,0
Regulares	4	3,7
Regulares com ressalvas	55	50,5
Irregulares	47	43,1
Outros	3	2,7
Denúncias	33	100,0
Procedentes	4	12,1
Procedentes em parte	16	48,5
Improcedentes	11	33,3
Arquivadas	2	6,1
Prestações de Contas de Órgãos da Adm. Direta e Indireta	306	100,0
Regulares	17	5,6
Regulares com ressalvas	181	59,1
Irregulares	100	32,7
Outros	8	2,6
Análises de Atos de Pessoal	326	100,0
Legais	261	80,1
Legais em parte	26	8,0
Illegais	36	11,0
Arquivadas	3	0,9
Auditorias Especiais	249	100,0
Regulares	18	7,2



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Análises	Nº	%
Regulares com ressalvas	81	32,5
Irregulares	129	51,8
Arquivadas	14	5,7
Outros	7	2,8
Acórdãos Emitidos sobre Consultas	46	100,0
Respondidas	37	80,4
Não Conhecidas	6	13,1
Arquivadas	3	6,5
Prestações de Contas Especiais	38	100,0
Regulares	1	2,6
Regulares com ressalvas	9	23,7
Irregulares	28	73,7
Relatórios de Gestão Fiscal	160	100,0
Regulares	9	5,6
Regulares com ressalvas	17	10,7
Irregulares	132	82,5
Arquivadas	1	0,6
Outro	1	0,6

Fonte: Gabinete da Presidência - GPPE

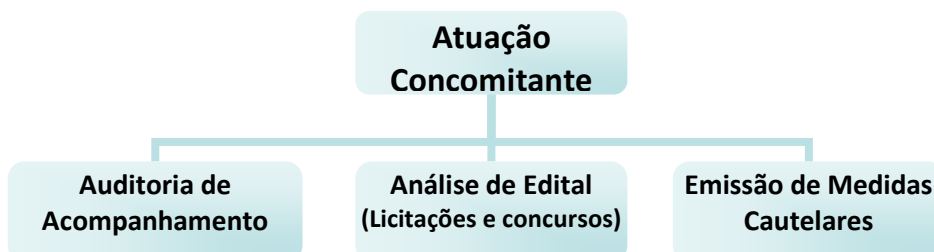
Além de todos esses processos julgados, o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, em sessão extraordinária, emitiu Parecer Prévio recomendando à Assembleia Legislativa a aprovação da Prestação de Contas do Governo do Estado, referente ao ano de 2010. No que se refere às contas de 2011, foi efetuado trabalho de auditoria ao final do exercício de 2012, cujo processo encontra-se em fase de defesa, aguardando emissão de Parecer Prévio por este TCE-PE.

Com relação à publicação de processos, em 2012, registra-se o número de **11.427** deliberações publicadas atingindo um desempenho de **97,8%** no período. O tempo médio de publicação dessas deliberações foi de **13** dias.

O TCE-PE encaminhou ao Ministério Público de Pernambuco a documentação para o afastamento de três prefeitos do Estado de Pernambuco. O MPPE endossou o pedido no Tribunal de Justiça, que o aprovou por unanimidade. No caso de Araripina, considerado o mais grave, o TCE-PE votou pela intervenção estadual e o Ministério Público endossou o pedido na Corte Especial do Tribunal de Justiça, levando o Governador a nomear um interventor, que administrou a cidade até 31 de dezembro de 2012. Nos demais casos, Araçoiaba e Bezerros, estavam gerindo a cidade os vice-prefeitos, por ordem dos juízes de direito das respectivas Comarcas.

2.1.3 – Atuação Concomitante

O Tribunal de Contas tem como meta intensificar a atuação concomitante e preventiva, analisando os fatos e atos de gestão no momento em que ocorrem, ou seja, ao tempo em que se efetiva o objeto auditado: obras, serviços ou publicação de editais convocatórios. Na atuação concomitante, a ênfase está nas auditorias de acompanhamento, análise de editais (licitações e concursos) e emissão de medidas cautelares.





a) Auditoria de Acompanhamento

No exercício de 2012, foram realizadas **284** auditorias de acompanhamento em unidades gestoras estaduais e municipais, nas áreas: contábil, administrativa, saúde, educação, previdência e em obras e serviços de engenharia.

Foram identificados **1.477** achados negativos, sanados **41** e propostas **887** medidas corretivas. Esse esforço significou auditoria em recursos financeiros da ordem de **R\$ 10,4 bilhões**.

b) Análise de Editais de Licitações e de Concursos

Outra ação que contribui para o aumento da efetividade da atuação do Tribunal de Contas é a análise de editais, na medida em que as falhas são identificadas antes da realização das licitações e dos concursos públicos. Foram analisados **320** editais de licitações e contratos, ressaltando que **103** foram na área de Engenharia e **79** referentes a Atos de Pessoal. Os recursos envolvidos em todas as análises somam **R\$ 24,8 bilhões**.

Áreas de Atuação	Editais e Contratos Analisados	Valores Envolvidos	
		R\$ 1.000,00	%
Licitações	68	3.347.680,16	13,5
Controle Externo Municipal	63	283.410,09	1,1
Engenharia	103	19.996.337,28	80,6
Tecnologia da Informação	7	1.192.755,65	4,8
Atos de Pessoal	79	-	-
TOTAL	320	24.820.183,18	100,0

Fonte: Sistemas e-AUD e e-TDA / Coordenadoria de Controle Externo - CCE

c) Emissão de Medidas Cautelares

Em 2012, foram emitidas **75** Medidas Cautelares (MC), nas modalidades: **33** Auditorias Especiais, **20** Pedidos Incidentais, **16** Medidas Cautelares, **5** Pedidos de Rescisão e **1** Denúncia. Desse total, todas foram adotadas e referendadas pelo Pleno/Câmaras, sendo **66 (88,0%)** da esfera municipal e **9 (12,0%)** da estadual, assim distribuídas por unidades gestoras:

> Estaduais (9):

Compesa (3), Suape (1), Secretaria de Administração (1), Secretaria de Educação (1), Universidade de Pernambuco – UPE (2) e Agência Estadual de Tecnologia da Informação - ATI (1).

> Municipais (66):

Unidades Gestoras Municipais	Nº de MC	Unidades Gestoras Municipais	Nº de MC
Prefeituras:	40		
Afogados da Ingazeira	1	Jaboatão dos Guararapes	2
Afrânio	1	Macaparana	1
Brejo da Madre de Deus	3	Manari	1
Capoeiras	1	Palmerina	1
Caruaru	1	Pesqueira	1



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Unidades Gestoras Municipais	Nº de MC	Unidades Gestoras Municipais	Nº de MC
Casinhas	1	Petrolina	1
Chã Grande	1	Ribeirão	1
Cidade do Recife	1	Salgueiro	1
Custódia	1	Santa Cruz do Capibaribe	6
Frei Miguelinho	1	São João	1
Gameleira	1	Serinhaém	1
Goiana	1	Tabira	1
Ipojuca	2	Taquaritinga do Norte	1
Ipubi	1	Venturosa	2
		Verdejante	2
Câmaras:	18		
Buique	3	Santa Cruz do Capibaribe	1
Glória de Goitá	1	Santa Filomena	1
Ipojuca	1	São Bento do Una	1
Jaboatão dos Guararapes	1	São Vicente Ferrer	1
Maraial	1	Taquaritinga do Norte	1
Paudalho	2	Toritama	1
Sanharó	1	Vitória de Santo Antão	2
Fundações/Autarquias/ Secretarias	8		
Fundação de Cultura da Cidade do Recife	3	Secretaria de Coordenação Política do Governo do Recife	1
Autarquia de Saneamento do Recife	1	Autarquia Educacional do Araripe	1
Secretaria de Serviços Públicos da PCR	1	Empresa de Urbanização do Recife	1

Fonte: Diretoria de Plenário - DP

Os principais assuntos objetos das Medidas Cautelares foram os seguintes:

Assuntos	Nº
1 - Processos Licitatórios	30
Concorrência Pública	5
Concorrência Pública Nacional	3
Dispensa de Licitação	1
Inexigibilidade de Licitação	2
Limpeza Urbana	1
Pregões Eletrônicos	2
Pregões Presenciais	9
Processos Licitatórios (Sem discriminação)	3
Termo Aditivo ao Contrato da Empresa Locar Ltda	1
Tomada de Preços	2
Via Mangue	1
2 – Outros Assuntos	45
Concurso Público	13
Construção de Casas Populares do Programa Operações Coletivas - CEF	1
Contratação de OSCIP	1
Convênios	1
Edital de Convocação	1
Efeito Suspensivo à Decisão	13
Efeito Suspensivo a Pedido de Rescisão	1



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Assuntos	Nº
Efeito Suspensivo ao Acórdão	6
Pagamento de Remuneração a Servidor Falecido	1
Referente a Acórdãos	1
Referente a Decisões	4
Suspensão de Atos Administrativos referentes a Provimento de Cargo de Professor	1
Suspensão de Pagamentos de Contratos	1
TOTAL	75

Fonte: Fonte: Diretoria de Plenário - DP

2.1.4 – Monitoramento do Julgamento dos Pareceres Prévios pelas Câmaras

O Tribunal de Contas, no ano de 2012, fortaleceu sua parceria com o Ministério Público de Pernambuco, visando a uma maior efetividade das ações de controle externo desenvolvidas. Esse fato acarretou: a) O aprofundamento do debate com a sociedade acerca do julgamento pelas Câmaras dos pareceres prévios emitidos pelo Tribunal, sem a observância do devido processo legal e b) o aumento no número de Câmaras que informaram o seu julgamento ao Tribunal. É importante ressaltar que essa Corte de Contas é a primeira no Brasil a desenvolver uma ação dessa natureza..

Os indicadores, explicitados a seguir, demonstram o esforço do Tribunal nesse sentido, mesmo reconhecendo que há muito ainda o que fazer nessa área de atuação.

Indicadores	Medição (*)
1 - Taxa de pareceres prévios emitidos pelo TCE-PE e acatados pelas Câmaras (a) / (b) X 100	77,4%
Nº de pareceres prévios emitidos pelo TCE-PE e acatados pelas Câmaras (a)	270
Total de pareceres prévios emitidos e informados pelas Câmaras (b)	349
2 - Taxa de pareceres prévios emitidos pelo TCE-PE pela rejeição das contas e acatados pelas Câmaras (c) / (d) X 100	36,2%
Nº de pareceres prévios emitidos pelo TCE-PE pela rejeição e acatados pelas Câmaras (c)	42
Total de pareceres prévios emitidos pelo TCE-PE pela rejeição e informados pelas Câmaras (d)	116
3 - Taxa de pareceres prévios emitidos pelo TCE-PE e informados pelas Câmaras (e) / (f) X 100	64,6%
Número de pareceres emitidos e informados pelas Câmaras (e)	349
Total de pareceres emitidos pelo TCE-PE (f)	540

Fonte: Corregedoria – CORG

(*) Média móvel dos últimos 6 anos.

É importante destacar que o Ministério Público de Contas realizou a identificação do atual processo de monitoramento (principais segmentos administrativos envolvidos, fluxo de trabalho, gargalos, pontos de melhoria) e levantamento das experiências dos outros Tribunais de Contas nesta área. Foi elaborado um novo fluxo de trabalho, com o objetivo de possibilitar uma maior eficiência para as decisões do TCE-PE. Com relação a esse projeto, ocorreram:

- Aprofundamento da interação com o Ministério Público de Pernambuco - MPPE a fim de questionar judicialmente os julgamentos das Câmaras que não tenham obedecido aos princípios constitucionais;
- Construção de uma parceria com a União de Vereadores de Pernambuco - UVP e a Associação Municipalista de Pernambuco – AMUPE, a fim de conscientizar sobre a importância do exercício do controle externo pelas Edilidades;



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

- c) Elaboração pelo MPCO de uma proposta de regramento para o julgamento das contas dos executivos locais;
- d) Entrega aos representantes da UVP e AMUPE do ritual que o MPCO entende ser correto para o julgamento das contas dos prefeitos.

Além disso, foi enviada para o Ministério Público Estadual a fundamentação jurídica que embasou a recomendação do Procurador-Geral de Justiça aos Promotores Públicos, para que exijam das Câmaras Municipais o cumprimento do prazo constitucional para o julgamento das contas dos prefeitos.

2.1.5 - Efetividade do Cumprimento das Decisões do Tribunal de Contas

Registrou-se o acompanhamento *in locu* dos trâmites processuais de **178** Ações de Execução Judicial dos débitos imputados pelo TCE-PE, em curso, em comarcas da Região Metropolitana do Recife.

Destaca-se ainda, como estratégia de busca da efetividade do Controle Externo desempenhado por esta Corte de Contas, a elaboração de **01** Artigo Jurídico por um dos integrantes da Procuradoria Jurídica, para publicação na Revista do Tribunal de Contas de Pernambuco, edição 2012, intitulado "*A disciplina constitucional da imprescritibilidade das ações de ressarcimento e a execução das decisões do Tribunal de Contas contendo imputação de débito*", versando sobre a questão da imprescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário, à luz do § 5º do art. 37 da Constituição Federal, com enfoque para a repercussão desse disciplinamento constitucional na execução dos débitos imputados pelo Tribunal de Contas.

2.2 – Controle Social e Transparência

2.2.1 – Programa "TCEndo Cidadania"

O "TCEndo Cidadania" é um programa idealizado pelo Tribunal de Contas e executado pela Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães - ECPBG, visando a atender a um dos objetivos estratégicos da instituição que é o de mobilizar a sociedade para o Controle Social. Tem como objetivo principal desenvolver a consciência crítica do cidadão, estimulando sua participação na definição do uso dos recursos públicos e na fiscalização de sua correta aplicação, aproximando o TCE-PE da população, através da realização de ações a serem desenvolvidas, buscando o fortalecimento da cidadania e a melhoria da gestão pública nos municípios.

O referido programa, que no período de janeiro a dezembro de 2012 atingiu **6.470** pessoas, se materializa por meio de três ações específicas, descritas a seguir, cujos públicos são diversificados:

a) Escola da Cidadania

Essa ação esteve presente em escolas/colégios/faculdades de municípios da Região Metropolitana do Recife e no interior do Estado, além da visita de estudantes ao Tribunal, atingindo um total de **39** instituições e **5.118** alunos. Os objetivos são os seguintes:

- Estimular o exercício da cidadania entre jovens do ensino médio e superior;
- Criar um canal permanente de acesso a informações sobre o Tribunal, de modo a fazer a população conhecê-lo como seu aliado na defesa do patrimônio público;
- Fomentar nos alunos o conhecimento e o interesse sobre o Controle Externo exercido pelo Tribunal de Contas, a fim de criar uma consciência crítica entre jovens ainda em formação.



REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE		
Escolas/Colégios/Faculdades	Instituições	Participantes
Estaduais	7	1.474
Municipais	2	160
Faculdades	4	511
Particular	1	51
Outras Instituições (Associações, órgãos e sindicatos)	4	301
Subtotal	18	2.497
MUNICÍPIOS DO INTERIOR		
Escolas/Colégios/Faculdades	Instituições	Participantes
Estaduais	15	2.245
Municipais	5	221
Particular	1	155
Subtotal	21	2.621
TOTAL	39	5.118

Fonte: Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães – ECPBG

Durante o ano de 2012, houve **5** visitas ao TCE-PE, totalizando **102** alunos participantes de **3** instituições: Faculdade de Timbaúba (**40**), Ginásio Pernambucano (**50**) e Faculdade Joaquim Nabuco (**12**), onde assistiram a uma sessão do Pleno, acompanharam palestras na ECPBG e conheceram o funcionamento da Ouvidoria.

O programa TCEndo Cidadania, através da ação Escola da Cidadania, recebeu o Prêmio Construindo a Nação 2012 na área de Políticas Públicas, promovido pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento da Cidadania de São Paulo. Participaram dessa premiação 593 projetos inscritos em todo o Brasil.

b) Fórum “TCEndo Cidadania”

Com o desenvolvimento dessa ação, o Tribunal visa alcançar os seguintes objetivos:

- Orientar a sociedade sobre a importância de sua participação na definição e no controle de políticas e recursos públicos;
- Estreitar os laços entre o Tribunal de Contas e a sociedade, para que o trabalho exercido por um seja plenamente conhecido pelo outro, visando à construção de uma cidadania plena;
- Informar sobre os meios disponíveis para que a população melhor desempenhe o seu papel de cidadã, apresentando mecanismos de controle social.

Em 2012, foram visitados **07** municípios, com a participação de **605** cidadãos

Municípios	Participantes	Municípios	Participantes
1 - Toritama	98	5 - Custódia	34
2 - Petrolina	108	6 - Salgueiro	65
3 - Afrânio	141	7 - Belo Jardim	88
4 - Sirinhaém	71	TOTAL	605

Fonte: Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães – ECPBG



c) Cursos para Representantes de Conselhos Municipais

No período em análise, foram atendidos **18** municípios, sendo **747** membros da sociedade civil capacitados. Os principais objetivos dessa ação são os seguintes:

- Fornecer noções gerais de Estado, democracia, recursos públicos, administração financeira do Estado e controle aos membros de Conselhos Municipais para que melhor desempenhem o seu papel de mediadores entre os gestores públicos e a comunidade;
- Aprofundar os conhecimentos dos membros de Conselhos Municipais específicos como os das áreas de saúde, educação e merenda escolar.

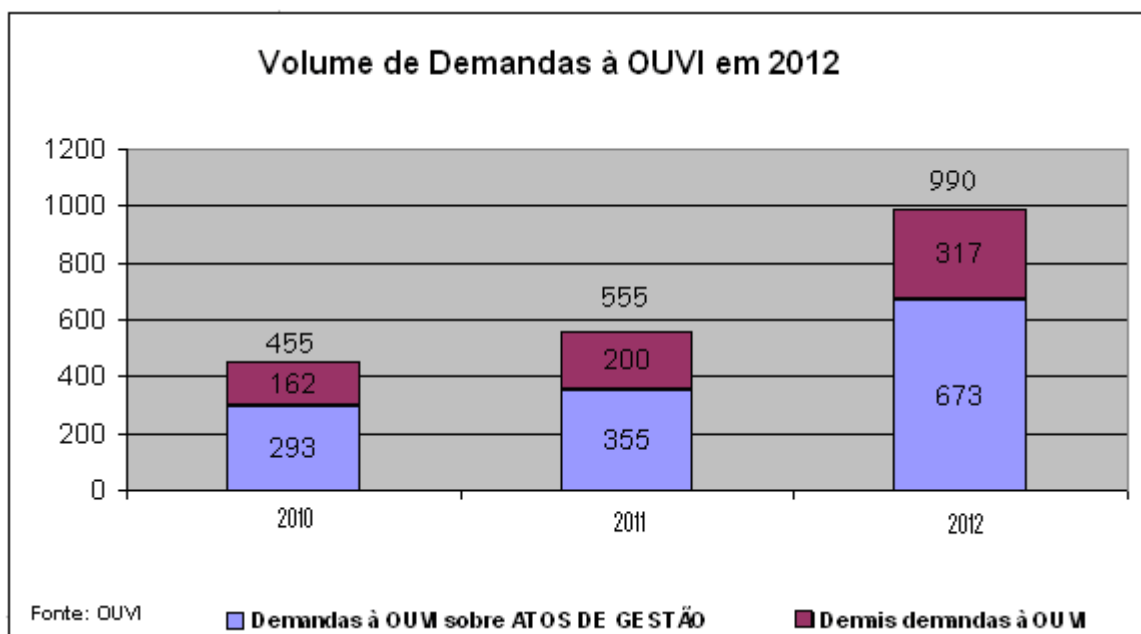
Segue abaixo a relação dos municípios onde houve capacitação e a quantidade de participantes nos cursos:

Nº	Municípios	Participantes	Nº	Municípios	Participantes
1	Bezerros	23	10	Petrolina	36
2	Ribeirão	41	11	Recife	118
3	Água Preta	40	12	Afrânio	33
4	Sirinhaém	43	13	Lagoa Grande	33
5	Toritama	35	14	Itaquitinga	43
6	Capoeiras	26	15	Custódia	36
7	Vicência	43	16	Cabo de Santo Agostinho	35
8	Casinhas	48	17	São José do Belmonte	31
9	Camaraçibe	45	18	São Lourenço da Mata	38
				TOTAL	747

Fonte: Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães – ECPBG

2.2.2 – Atendimento ao Cidadão

A ação Atendimento ao Cidadão, durante o ano de 2012, teve registradas **998** demandas da sociedade, das quais **8** foram canceladas, restando para operação **990** demandas. Dessas, **673 (68%)** foram sobre Atos de Gestão e **237** de orientação técnica (**24%**).





ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

O grau de atendimento conclusivo das demandas que ingressaram no período foi de **55%** do total líquido, que corresponde a **610** demandas. Computando as demandas em aberto de exercícios anteriores, até dezembro de 2012, o estoque totalizou **665** demandas pendentes de solução final. No ano de 2012, o grau de satisfação do usuário da Ouvidoria com o Tribunal foi de **82%**. Esse indicador é obtido a partir de levantamento das demandas concluídas e identificadas.

Aproximadamente, **68%** das demandas formalizadas foram recebidas por e-mail, seguido do Disque Ouvidoria, com **14%**. Foram registrados **999** atendimentos ao cidadão que, em razão de sua natureza, não são registrados como demandas do cidadão. Outra forma importante de comunicação com o público externo é o meio eletrônico (internet) onde o sítio do TCE-PE contabilizou **430.881** acessos durante o ano de 2012.

2.2.3 – Parcerias Regionais Permanentes

O Projeto “Parcerias Regionais Permanentes” tem como propósito promover aproximação entre o Tribunal de Contas e entidades do Terceiro Setor que atuam ou podem atuar no âmbito do Controle Social, estabelecendo um canal de comunicação ativo e permanente. Esse projeto possibilita que os parceiros sejam informados da missão do TCE-PE, da sua organização e competência, dos direitos e deveres do cidadão, e os orienta a informar ao Tribunal irregularidades que verifiquem nas suas áreas de atuação e ajudem a disseminar esse conhecimento entre o segmento da população do qual a entidade participa. O público alvo é a sociedade civil organizada – conselhos municipais, sindicatos, igrejas, associações de bairro, etc. Em 2012, foram realizados encontros e visitas locais às entidades sociais parceiras de Petrolina e da região da Mata Sul de Palmares, totalizando **2** encontros e **58** entidades visitadas.

Além disso, foi renovado o compromisso estabelecido com as entidades sociais parceiras, desenvolvendo as seguintes atividades: fornecimento de material de divulgação da Ouvidoria (cartazes, cartas-respostas, kits); participação em eventos de capacitação solicitados pelos parceiros; divulgação da Ouvidoria nos cursos externos da Escola de Contas Públicas Barreto Guimarães; divulgação das notícias relativas ao controle da gestão pública publicadas nos informativos do TCE-PE.

As entidades parceiras atuam como multiplicadores de informação a partir dos insumos recebidos, distribuindo o material de divulgação em seus eventos a fim de estimular a participação dos membros de sua entidade no controle social da gestão pública.

2.2.4 – Transparência da Gestão Pública

a) Portal do Cidadão

Esse Portal foi desenvolvido pelo Tribunal de Contas para democratizar o acesso às informações sobre gestão municipal no âmbito do Estado de Pernambuco. É um importante instrumento de Controle Social, pois permite que o cidadão conheça melhor a gestão dos recursos públicos no seu município, acompanhe a sua aplicação e interaja com o TCE-PE, fornecendo subsídios para a atuação dos órgãos de controle.

Nesse sentido, o TCE-PE lançou, no mês de novembro de 2011, o **Portal do Cidadão**, uma página na internet com acesso a dados e informações sobre receitas, despesas, licitações, contratos e dados relacionados à saúde dos diversos municípios pernambucanos. Foram consolidadas as informações sobre licitações dos exercícios de 2010 e 2011 e os dados sobre despesas, receitas e orçamentos públicos do exercício de 2011 das Prefeituras e Câmaras, coletados por meio do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – SAGRES. O referido Portal agrega valor aos quesitos transparência e controle social, quando confere maior liberdade e poder de pesquisa ao cidadão em um único local. Em 2012, foram registrados **26.578** acessos ao Portal do Cidadão.



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

O Portal do Cidadão que hoje é referência em Pernambuco em matéria de transparência, ganhou o 2º lugar na premiação nacional de desenvolvedores de QlikView em evento que se realizou em São Paulo no mês de julho/2012. Na ocasião, foram enfatizados pelos organizadores do evento a qualidade do produto e os benefícios que ele presta à sociedade como fatores decisivos para a definição dos vencedores.

Nesse Portal, na área de Informações Gerais o interessado terá acesso a uma síntese de informações do IBGE sobre o município, tais como população, área, PIB per capita, população empregada, e alguns indicadores de Educação e de Saúde. Na área de Execução Orçamentária estão disponibilizadas informações sobre orçamento, receita arrecadada e despesa realizada por exercício nas Prefeituras e Câmaras. Na de Licitações, o cidadão poderá acessar os dados dos processos licitatórios e contratos realizados no município nos anos de 2009 a 2012.

Recentemente, o TCE-PE mais uma vez inovou publicando o **Portal da Saúde**. Nessa área o cidadão terá acesso a informações dos municípios tais como: taxa de mortalidade infantil, taxa de gravidez na adolescência, despesa com medicamentos por habitante, dentre outros, além de poder verificar o ranking entre municípios.

Além disso, o Tribunal ministrou nesse período, através da Escola de Contas, um curso sobre o "Portal do Cidadão" direcionado para jornalistas de diferentes órgãos de imprensa de Pernambuco e também foi indicado para concorrer ao "Prêmio Nacional de Transparência da Câmara dos Deputados".

b) Portal da Transparência do TCE-PE

O painel Tribunal Transparente, disponível no sítio do TCE-PE na internet, foi lançado em 18 de dezembro de 2009, com o objetivo de dar publicidade às informações referentes à execução orçamentária, à gestão financeira e patrimonial, aos recursos humanos, à responsabilidade fiscal, às licitações e contratos e às portarias normativas do Tribunal. O Tribunal Transparente passou a oferecer, consulta detalhada de empenhos, atualizada automaticamente a cada dia, com opção de pesquisa por unidade gestora para as despesas do Tribunal de Contas, da Escola de Contas e do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico.

A partir de maio de 2012, com a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), ao Tribunal Transparente acresceram-se outras informações requeridas por essa lei, todas acessíveis a partir de seção específica do sítio do TCE-PE na internet. Essa lei, vigente a partir de maio/2012, normatiza o acesso aos cidadãos das informações e documentações públicas. No âmbito do TCE-PE, a Resolução TC nº 07/2012 dispôs sobre o acesso à informação e aplicação da referida lei federal, implantando o Serviço de Informação ao Cidadão–SIC. O referido serviço disponibiliza no sítio da internet dados de interesse do cidadão e formulário eletrônico para solicitação de informações. Foram registradas **128** solicitações de informações, de maio a dezembro de 2012, das quais todas foram respondidas.

No site do Tribunal de Contas, na parte referente a essa lei, encontram-se muitas informações sobre o funcionamento do Tribunal, destacando-se: Finanças, Licitações, Contratos, Patrimônio, Portarias e Gestão de Pessoas. Visando à transparência com relação à Gestão de Pessoas, são divulgados quantitativos e valores de remuneração dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas que integram a estrutura organizacional do TCE-PE, além de dados sobre servidores à disposição e do valor do salário de cada servidor. Segundo a conselheira Teresa Duere, 9 de maio de 2012 foi um dia "histórico" para o TCE-PE, pois foi o primeiro Tribunal de Contas do Brasil a regulamentar essa lei.

c) Seminário Nacional sobre “Transparência e Controle da Administração Pública”

Esse seminário foi realizado no Tribunal de Contas e teve como objetivo abordar a atual imperiosidade de transparência nos diferentes setores da administração pública, bem como a atuação dos Tribunais de Contas e de outros órgãos no controle da transparência e no combate à corrupção.

Servidores do TCE-PE, de outros órgãos públicos, jurisdicionados e entidades da sociedade civil ligados ao controle e ao combate à corrupção participaram do seminário, que contou com um total de **257** participantes.

3 – CLIENTES

3.1 - Melhoria da Gestão Pública

3.1.1 – Orientação aos jurisdicionados

Para melhoria da gestão pública, foram desenvolvidas pela Escola de Contas ações de capacitação em tópicos importantes, visando a um melhor desempenho das atividades dos servidores públicos das entidades fiscalizadas. Em 2012, a Escola de Contas realizou **120** capacitações com **3.173** servidores de jurisdicionados do TCE-PE, entre cursos presenciais (**94,2%**) e de educação a distância (**5,8%**).

É importante destacar que para realização desses cursos, houve a assinatura de convênios com diversos órgãos, visando à capacitação de servidores em várias áreas de concentração junto às Prefeituras Municipais de Jaboatão dos Guararapes, Goiana e Caruaru, ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE), às Secretarias das Cidades e da Fazenda/PE, Controladoria Geral do Estado de Pernambuco, URB/Recife, Copergás, Compesa, aos Tribunais de Contas da Paraíba e do Rio Grande do Norte, além do Tribunal Administrativo de Moçambique.

Áreas de Concentração (Natureza dos Cursos)	Nº de Cursos	Nº de servidores dos jurisdicionados capacitados
Atos de Pessoal e Previdência	7	202
Auditoria e Controle Interno	14	297
Contabilidade, Orçamento e Finanças Públicas	21	950
Controle Social	1	9
Comportamental	4	50
Direito	8	162
Gestão Pública	6	132
Informática e Sistemas do TCE-PE	6	108
Institucional	2	28
Licitação Pública, Contratos e Convênios	37	1033
Obras e Serviços de Engenharia	9	163
Português	5	67
TOTAL	120	3.173

Fonte: Escola de Contas Públicas Barreto Guimarães - ECPBG

Desde o final o ano de 2011, numa iniciativa inovadora, a Escola de Contas esteve envolvida na concepção e na execução do curso de “Extensão em Licitações e Contratos Administrativos”. Trata-se da primeira experiência da realização de um curso de maior duração, exclusivamente realizado pela referida Escola. Seu objetivo foi proporcionar àqueles que efetivamente são responsáveis pelo funcionamento da administração pública a convivência mais aprofundada com um tema tão importante no âmbito dos órgãos e entidades públicas do Estado, como as contratações públicas, desde a fase de planejamento até a execução e fiscalização dos contratos.

Participaram dessa capacitação **39** alunos de **12** municípios pernambucanos e de **6** órgãos estaduais, além de **9** particulares:

a) Municípios: Abreu e Lima, Caruaru, Goiana, Gravatá, Igarassu, Maraiá, Orocó, Panelas, Serrita, Surubim (Fundo Municipal de Saúde), Taquaritinga do Norte (Câmara) e Vicência.

b) Órgãos estaduais: CEPE, DER, Hospital Otávio de Freitas, IPEM, MPPE e Secretaria Educação.

A ECPBG foi credenciada pelo Conselho Estadual de Educação para oferecer curso de pós-graduação lato sensu e de especialização em Gestão Pública e Controle. A luta por esse credenciamento foi iniciada há vários anos, mas só começou a virar realidade em 2012. Essa importante conquista acompanha feitos da mesma natureza já alcançados pelas Escolas de Contas do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, das quais a equipe da ECPBG recebeu um grande apoio.

Além disso, o Tribunal com apoio do Governo do Estado realizou seminário sobre as novas normas de contabilidade pública e privada, aplicadas às Unidades gestoras estaduais. Cerca de **300** pessoas participaram desse evento.

3.1.2 – Termos de Ajuste de Gestão

O TCE-PE criou o instrumento de Termo de Ajuste de Gestão (TAG) na Lei Orgânica do Tribunal, em seu art. 21, XIII. Isso significa que o Tribunal, a qualquer momento, poderá realizar com o representante do jurisdicionado Termo de Ajuste de Gestão, sempre que, em juízo de conveniência e oportunidade, entender que atende aos interesses protegidos por lei.

Desse compromisso deverão constar, no mínimo, os seguintes elementos: a) especificação das obrigações do jurisdicionado; b) fixação do valor da multa para o caso de descumprimento, total ou parcial, das obrigações compromissadas. O TAG será formalizado como processo sendo submetido em 10 dias à Câmara competente que decidirá sobre a sua homologação.

Durante o ano de 2012, foram formalizados **8** TAGs, sendo **3** para a esfera estadual e **5** para a municipal, discriminados no quadro a seguir:

Unidades Gestoras	Data	Irregularidades
Estaduais		
Instituto Agrônomo de Pernambuco-IPA (TAG)	03/12/2012	Deficiências de natureza operacional nos sistemas de: a) controle e utilização de veículos; b) concessão e prestação de contas de diárias.
Pernambuco Participações S/A	14/11/2012	Em relação a bens imóveis que não foram devidamente registrados na contabilidade (51% do total)
Secretaria da Fazenda de PE e Empresas Estatais	11/2012	Não implementação da nova contabilidade societária em vigor no país.
Municipais		
Prefeitura Municipal de Belo Jardim	24/07/2012	Notificação para efetivar a renovação da licença de operação de aterro sanitário.
Prefeitura Municipal de Belo Jardim	19/06/2012	Falhas em relação ao processo licitatório Pregão Presencial para aquisição, armazenamento e distribuição da merenda escolar.
Prefeitura Municipal de Araripina	29/02/2012	Essas prefeituras, embora estejam disponibilizando algumas informações exigidas pela LRF (Artigos 48 e 49), não possuem em seu sítio na internet todas as informações exigidas pelos citados artigos, bem como pelo Decreto Federal 7.185/2010, que regulamenta o art. 48, parágrafo único, III, do mesmo Diploma Legal.
Prefeitura Municipal de Ipojuca	03/05/2012	



Unidades Gestoras	Data	Irregularidades
Prefeitura Municipal de Moreno	16/05/2012	Essas prefeituras, embora estejam disponibilizando algumas informações exigidas pela LRF (Artigos 48 e 49), não possuem em seu sítio na internet todas as informações exigidas pelos citados artigos, bem como pelo Decreto Federal 7.185/2010, que regulamenta o art. 48, parágrafo único, III, do mesmo Diploma Legal.
Prefeitura Municipal de Vitória de Santo Antão	14/05/2012	
Prefeitura Municipal de Cupira	12/11/2012	Uso de veículos inapropriados para o transporte escolar.
Prefeitura Municipal de Limoeiro	11/2012	1) Não disponibilização das contas públicas na internet; 2) Não disponibilização de serviço presencial de atendimento ao cidadão com fins de obtenção de informação.

Fonte: Coordenadoria de Controle Externo - CCE

3.1.3 – Sustentabilidade Ambiental e Controle Externo

Visando à melhoria da gestão pública, foi criado em 2012 no Tribunal de Contas o Grupo de Sustentabilidade Ambiental, cujo objetivo direcionado ao Controle Externo visa a orientar os gestores públicos acerca do cumprimento do que está estabelecido na legislação ambiental vigente, com destaque para a Lei Federal nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O Tribunal está desenvolvendo assim o seu papel pedagógico, para em seguida atuar de forma mais contundente na cobrança do cumprimento da citada legislação, desempenhando então o seu papel fiscalizador. Serão realizadas atividades de orientação e capacitação dos gestores públicos no tema. Essas ações visam ao cumprimento dos prazos estabelecidos na Política Nacional de Resíduos Sólidos por parte dos municípios.

Nesse exercício, pode-se destacar a realização do encontro de “Sustentabilidade e Controle Externo nos Municípios”, trazendo informações acerca da contribuição do TCE-PE como órgão de Controle Externo, bem como de outros órgãos/entidades da administração pública, na busca pela sustentabilidade ambiental no Estado, apresentando as ações a serem desenvolvidas por esses órgãos/entidades e debatendo o tema com alguns dos principais atores envolvidos.

Ainda como ações efetivas do Tribunal nessa área, destacam-se: a auditoria operacional iniciada no último trimestre de 2012, com foco nos critérios e procedimentos referentes à liberação da parcela do ICMS Socioambiental para os Municípios e a assinatura, juntamente com o MPPE, MPT e CPRH, de Notificações Preliminares Preventivas que serão encaminhadas aos prefeitos de todos dos Municípios do Estado, visando a orientar a sua conduta acerca da necessária e urgente adoção de medidas de adequação frente ao ordenamento jurídico nacional vigente, no que tange à gestão dos resíduos sólidos municipais.

3.1.4 – Auditoria Operacional

As auditorias de desempenho e avaliações de programas governamentais, também denominadas Auditorias Operacionais (AOPs), têm como enfoque os resultados da gestão governamental e buscam identificar tanto a eficácia, eficiência e efetividade de programas e ações governamentais quanto o desempenho de uma determinada unidade ou órgão público.

Os trabalhos dessa modalidade de auditoria têm por resultados a expedição de recomendações e determinações aos gestores, cuja implementação é acompanhada pelo Tribunal de Contas com o objetivo de verificar a melhoria da prestação de serviços à sociedade. Nesse sentido, durante o exercício de 2012, o TCE-PE realizou os seguintes trabalhos:



- Acompanhamento do “Programa Leite para Todos” - 3º monitoramento - Auditoria originária realizada em 2003;
- Acompanhamento do “Programa Educação de Jovens e Adultos da Prefeitura de Olinda” – 2º monitoramento - Auditoria originária realizada em 2006;
- Avaliação das “Ações de Prevenção de Deslizamentos de Encostas em Recife” – Auditoria finalizada;
- Avaliação das “Ações de Licenciamento e Controle de Resíduos Sólidos promovidos pelos Municípios” – Auditoria iniciada.

Houve também avaliações para melhoria e resolução das deficiências de desempenho por meio de auditoria de gestão integrada (operacional e de conformidade). Foram realizados os seguintes produtos e auditorias piloto:

- Proposta Preliminar de Auditoria de Gestão Integrada com Foco nos Resultados do Pacto Pela Saúde – Desenvolvimento de novos procedimentos de auditoria na área estadual e proposição de focos de resultados a partir dos programas e ações do Objetivo Estratégico Pacto pela Saúde do Estado;
- Auditoria de gestão integrada “Avaliação da Assistência Farmacêutica Hospitalar” – Auditoria piloto finalizada;
- Auditoria de gestão integrada “Regulação em Saúde” – Auditoria piloto finalizada;
- Auditoria de gestão integrada “Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) nas Unidades Hospitalares – Auditoria piloto finalizada.

3.2 - Articulação Institucional

Para melhorar a integração com os parceiros foram desenvolvidas ações de fortalecimento da articulação institucional, especialmente, com órgãos também ligados ao controle externo. Em 2012, foram firmados **7** novos convênios ou dada continuidade aos já existentes, perfazendo um total de **41** convênios, a seguir especificados:

Convênios	Objeto	Vigência	
		Início	Término
1 – Secretaria da Fazenda de PE	Permuta de informações	21/04/1994	Indeterminado
2 – Tribunal de Contas da PB	Cessão de servidores	30/10/2000	31/12/2012
3 - Prefeitura da Cidade do Recife	Cessão de pessoal	05/2003	12/2012
4 – Secretaria da Fazenda de PE	Sistema unificado de informações de preços	11/08/2003	Indeterminado
5 - Prefeitura da Cidade do Recife	Coleta de dados informatizados da execução orçamentária e financeira e licitações e contratos, especialmente a alimentação do Sistema de Gerenciamento dos Recursos da Sociedade – Sagres/PE	22/12/2003	Indeterminado
6 - Associação dos Magistrados de Pernambuco	Assistência odontológica por parte da Caixa de Assistência dos Magistrados do Estado de Pernambuco aos beneficiários discriminados	23/12/2003	Rescindido unilateralmente pela Amepe



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Convênios	Objeto	Vigência	
		Início	Término
7 - Assembleia Legislativa de Pernambuco	Cooperação técnica e administrativa tendo por objeto a cessão de pessoal especializado e a troca de informações	28/02/2005	31/12/2012
8 - Tribunal Administrativo de Moçambique	Cooperação técnica, cessão de pessoal especializado	27/03/2006	31/12/2012
9 - Ministério do Planejamento – Promoex	Cooperação técnica, no âmbito do contrato de empréstimo 1628-OC/BR, para a implementação do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios brasileiros	03/04/2006	03/2013
10 - Associação dos Tribunais de Contas	Condução conjunta dos trabalhos de cooperação com vistas à preparação de proposta de lei processual dos TCs	04/09/2006	31/12/2012
11 - Tribunal de Contas do PI	Disponibilização mútua de tecnologia de informação entre os Convenientes para utilização exclusiva no desenvolvimento de suas atribuições constitucionais	09/10/2006	05/2015
12 - Instituto Rui Barbosa	Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo (Promoex)	25/10/2006	31/12/2012
13 - Ministério Público de PE	Estabelecer formas de cooperação para intercâmbio de informações, treinamentos, e outras ações conjuntas, com fito especial de controle da legalidade dos atos de Estado, do combate à corrupção e improbidade administrativa	28/05/2007	28/05/2012
14 - Procuradoria Geral do Estado	Cooperação técnica	28/12/2007	28/12/2012
15 – Conselho Regional dos Engenheiros - CREA	Aprimoramento da verificação da participação de profissionais habilitados em estudos, projetos e implantação de empreendimentos de Engenharia executados pelas entidades públicas da área jurisdicional do TCE-PE	26/05/2008	05/2014
16 - Caixa Econômica Federal	Intercâmbio de dados e informações contábeis	03/09/2008	09/2013
17 - Caixa Econômica Federal	Redução da taxa de juros de crédito imobiliário concedido aos servidores ativos, inativos ou pensionistas do TCE-PE	29/05/2009	29/05/2014
18 - Tribunal Solidário	Cessão de uso da sala nº 309, do Edifício Nilo Coelho	01/07/2009	07/12/2014
19 - Ministério da Previdência Social / Associação de Pesquisas Estratégicas e Gerenciamento de Riscos	Intercâmbio de informações visando às ações de combate à prática de atos ilícitos	10/07/2009	07/2014



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

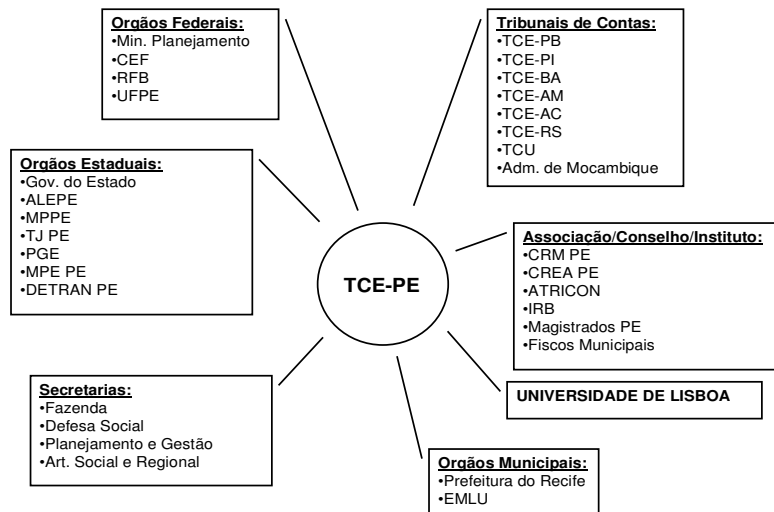
Convênios	Objeto	Vigência	
		Início	Término
20 - Secretaria de Defesa Social	Intercâmbio e cooperação técnico-científica cultural	20/08/2009	20/08/2014
21 - Tribunal de Justiça de PE	Cessão de servidores	06/2010	06/2014
22 - Governo do Estado de PE	Cooperação técnica e administrativa: Cessão de pessoal	08/06/2010	31/12/2012
23 - Universidade Federal de PE	Operação científica e financeira	20/10/2010	10/08/2012
24 - Receita Federal	Fornecimento de informações cadastrais de pessoas físicas e jurídicas agregadas dos órgãos públicos	10/12/2010	Indeterminado
25 - Tribunal de Contas da BA	Cooperação técnica e intercâmbio de conhecimentos	09/02/2011	12/2015
26 - Secretaria de Planejamento e Gestão	Cooperação Técnica e institucional com o objetivo de realização da auditoria independente do projeto EDUCAR	01/04/2011	2014
27 - Tribunal de Contas do AM	Cooperação técnica e intercâmbio de conhecimentos	12/04/2011	12/04/2016
28 - Conselho Regional de Medicina de Pernambuco	Aprimoramento da fiscalização das contratações e admissões de médicos, regularidade da respectiva despesa e do exercício das atividades desses profissionais	26/04/2011	Indeterminado
29 - Instituto Rui Barbosa	Sistema informatizado - CHANNEL	12/05/2011	12/05/2013
30 - Tribunal de Contas da União	Renovação: Cooperação técnica, intercâmbio de informações, auditorias conjuntas e inclusão de atividades de inteligência	03/06/2011	06/2016
31 - Secretaria de Articulação Social e Regional	Colaboração recíproca, propiciar aos cidadãos canais de comunicação com a Administração Pública, visando melhorar o serviço prestado	06/09/2011	09/2013
32 - Universidade de Lisboa	Cooperação Pedagógico-Científica.	26/10/2011	26/10/2013
33 - Associação Pernambucana dos Fiscos Municipais	Fiscalização das administrações tributárias municipais quanto à efetiva arrecadação das receitas próprias	25/11/2011	Indeterminado
34 – Instituto Rui Barbosa	Estabelecer cooperação para desenvolvimento de projeto e atividades de natureza técnica e científica	21/12/2011	31/12/2013
35 – Tribunal de Contas do Acre	Cooperação técnica, visando à cessão de códigos-fonte do sistema de pessoal, SAGRES, do sistema de engenharia, SIOGI, além da troca de informações técnicas necessárias para apoiar seus processos de implantação	20/03/2012	20/03/2017



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Convênios	Objeto	Vigência	
		Início	Término
36 - Ministério Público Eleitoral de Pernambuco	A ampliação da articulação e da integração entre as instituições signatárias	25/04/2012	Indeterminado
37 – Empresa Municipal de Limpeza Urbana	Restauração de mobiliário urbano	09/05/2012	09/05/2016
38 – Departamento de Trânsito de Pernambuco - DETRAN/PE	Visa à uniformidade e eficácia das informações disponibilizadas pelo DETRAN, na instrução de processos de competência do TCE-PE	23/05/2012	23/05/2013
39 - Tribunal de Contas do RS	Visa à cooperação entre o TCE-PE e o TCE-RS para a cessão de códigos-fonte dos sistemas: “e-TDA”, “e-AUD” e SIOGI, além da troca de informações técnicas necessárias para apoiar seus processos de implantação	25/05/2012	25/05/2017
40 - Ministério Público de PE	Estabelecer formas de cooperação para intercâmbio de informações, treinamentos, e outras ações conjuntas, com fito especial de controle da legalidade dos atos de Estado, do combate à corrupção e improbidade administrativa.	28/05/2012	28/05/2017
41 – Caixa Econômica Federal - CEF	Possibilitar o acesso às informações registradas no SINAPI – SIPCI	21/11/2012	21/11/2014

Fonte: Gabinete da Presidência – GPPE



Uma parceria que merece destaque é a desenvolvida pelo Tribunal de Contas e a Justiça Eleitoral. Em julho de 2012, o TCE-PE enviou para o TRE a lista dos gestores públicos que tiveram suas contas rejeitadas nos últimos oito anos. A relação, com **1.392** nomes, foi disponibilizada no site do TCE-PE para efeito de consulta por parte dos interessados.



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

A divulgação dessas informações é uma exigência da Lei das Eleições (Lei Federal nº 9.504/97). Essa Lei estabelece que até o dia 5 de julho nos anos em que forem realizadas eleições, os Tribunais e os Conselhos de Contas deverão tornar disponíveis à Justiça Eleitoral a relação dos gestores que tiveram contas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecurável do órgão competente, ressalvados os casos sob exame do Poder Judiciário. Estabelece que são inelegíveis "os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecurável do próprio órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos oito anos seguintes, contados a partir da data da decisão".

Houve também o fortalecimento da integração entre o MPPE e o MPCO com a finalidade de discutir novas formas de atuação, visando à fiscalização cada vez mais ágil e eficaz dos recursos públicos. O MPPE comprometeu-se a tomar medidas para acelerar as demandas provenientes do TCE-PE decorrentes da atuação do Ministério Público de Contas, notadamente representações para a apuração de responsabilidades de gestores públicos e consequente ressarcimento ao Erário.

Além disso, o Ministério Público de Contas decidiu criar dois novos procedimentos para acompanhar demandas externas:

a) Procedimento de Investigação Preliminar - PIP - que consiste na formalização de um auto em função de um pedido de informações oriundo de órgãos externos. Em 2012, foram formalizados 73 PIPs, tendo em vista a necessidade de atender as demandas oriundas do MPPE.

b) O Procedimento Preparatório de Representação – PPR - que é a formalização de um auto cuja finalidade é a coleta de elementos de convicção para a adoção de medidas proativas. Entre essas medidas se destaca a Representação Interna visando à expedição de Medida Cautelar ou a instauração de Auditoria Especial para proteger o interesse público que foi lesado ou se encontra na iminência de sê-lo.

4 – PROCESSOS INTERNOS

4.1 - Processos Formalizados e com Instrução Concluída

A formalização inicia os procedimentos internos necessários ao andamento dos vários tipos de processos que chegam ao Tribunal. Constitui-se, basicamente, do ato de protocolar e distribuir os processos. Em 2012, foram formalizados **12.266** processos, assim distribuídos por grupos:

Grupos de Processos	Processos Formalizados	
	Nº	%
Prestações de Contas	1.124	9,2
Atos de Pessoal	454	3,7
Aposentadorias, Pensões e Reformas	9.214	75,1
Provocados	541	4,4
Recursos	899	7,3
Processos Administrativos Extintos	2	0,0
Intervenção na Gestão	32	0,3
TOTAL	12.266	100,0

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos - AP

A instrução - fase seguinte - ocorre quando os processos são analisados pelo corpo técnico da Coordenadoria de Controle Externo. Até 2012, **9.694** processos tiveram a instrução concluída, representando **96,7%** da meta anual (**10.027**).

Grupos de Processos	Processos com Instrução Concluída	
	Nº	%
Prestações de Contas	476	4,9
Atos de Pessoal	258	2,7
Aposentadorias, Pensões e Reformas (APR)	8.509	87,8
Provocados	425	4,4
Recursos	15	0,1
Intervenção na Gestão	11	0,1
TOTAL (*)	9.694	100,0

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos – AP

(*) Não inclui os processos apensados e considera os desconstituídos, após a instrução.

4.2 – Pareceres e Cotas Exarados

Ainda na fase de julgamento, o Ministério Público de Contas - MPCO, monitora de forma sistemática as ações desenvolvidas pelos seus procuradores, buscando explicitar não só a sua atribuição principal de fiscal da lei, mas também as melhorias de trabalho que vêm crescentemente sendo desenvolvidas pelos seus membros.

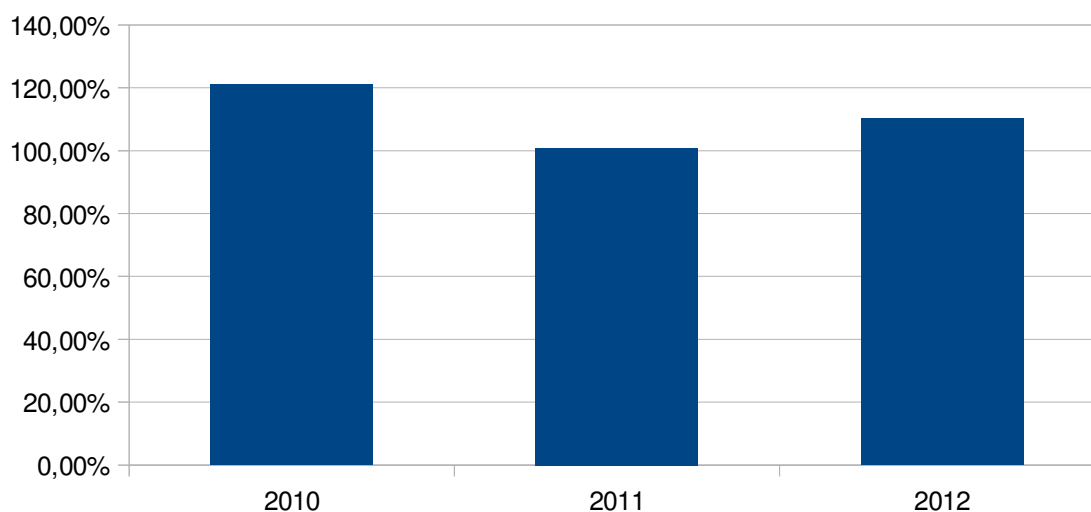


ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

De acordo com critérios próprios e autônomos, o Ministério Público pronuncia-se sobre alguns dos processos em tramitação. No ano de 2012, o MPCO exarou **1.065** pareceres e cotas. É importante ressaltar que, excetuando-se a produtividade da Procuradora-Geral que não possui meta, o número de pareceres e cotas emitidos foi de **979**, representando **97,1%** da meta estabelecida para o período.

Durante o exercício de 2012, deram entrada no Ministério Público de Contas **932** processos para emissão de parecer. No mesmo período, foram emitidos **1.029** pareceres e cotas diretos em processos formalizados (tem parecer que é dado extra processo), o que evidencia uma taxa de eficiência de **110,4%**.

Taxa de eficiência do MPCO



Em 2012, foram acolhidos **684** dos **785** pareceres apreciados, representando uma taxa de pareceres emitidos pelo MPCO e acatados pelo TCE-PE da ordem de **87,1%**, ultrapassando a meta que foi estabelecida em **80%**.

4.3 – Gestão Estratégica

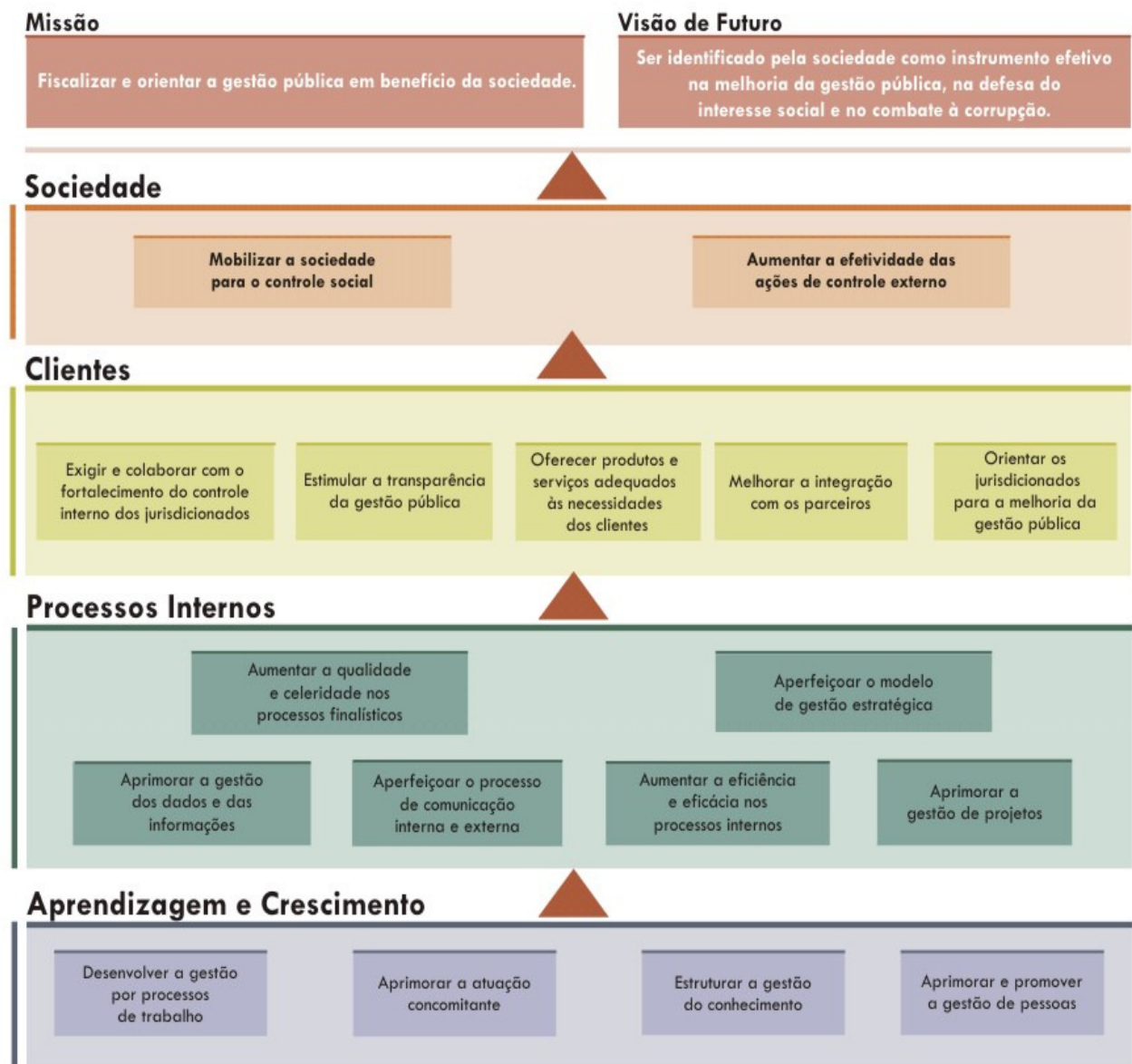
4.3.1 – Modelo de Governança

No II Plano Estratégico do Tribunal, para 2008-2012, consta o Modelo de Planejamento e Monitoramento adotado pelo TCE-PE, baseado na metodologia Balanced ScoreCard (BSC), que tem como principal elemento o Mapa Estratégico da instituição organizado em quatro perspectivas: Sociedade, Clientes, Processos Internos e Aprendizagem e Crescimento. Nessas perspectivas, estão descritos os objetivos estratégicos do TCE-PE, servindo de referência para a definição de indicadores estratégicos que ao longo dos anos estão sendo medidos para monitorar o desempenho do Tribunal de Contas.



A seguir, o Mapa Estratégico do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco para o período 2008-2012:

Mapa Estratégico 2008-2012



Esse Mapa Estratégico foi desdobrado em 9 Mapas Gerenciais, a partir de agrupamento de unidades organizacionais com objetivos comuns ou similares. A cada ano é construído o Plano Operativo Anual (POA) de todos os mapas gerenciais do TCE-PE, no qual são estabelecidas ações e atividades a serem desenvolvidas durante o ano em curso.

O referido POA é monitorado por toda a Casa, trimestralmente, por intermédio da utilização do Sistema de Planejamento (Sisplan) e do acompanhamento dos indicadores estratégicos e gerenciais (utilizando a ferramenta Channel), visando à aferição do desempenho do TCE-PE e de áreas importantes da instituição. Da mesma forma, que as reuniões do grupo gestor, acontecidas a cada três meses, é feito o monitoramento estratégico, trimestralmente, com a participação da alta gestão e conselheiros.



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Uma novidade introduzida no monitoramento por essa gestão, iniciada em 2012, é o acompanhamento mensal de **38** Indicadores (**24** estratégicos e **14** gerenciais) por parte da Presidente do Tribunal (não invalidando o monitoramento trimestral), com o objetivo de tomar decisões rápidas com relação aos problemas surgidos na execução da estratégia.

São marcos da gestão do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco para o biênio 2012-2013:

Perspectivas	Objetivos Estratégicos	Iniciativas Estratégicas	Prazo de Conclusão
I - SOCIEDADE	1 - Mobilizar a sociedade para o controle social	1.1 – Temas: Saúde, Pessoal e Obras incorporados ao Portal do Cidadão	Até dez/2012
	2 - Aumentar a efetividade das ações de controle externo	2.1 - Benefícios da atuação do TCE-PE mensurados e divulgados para a sociedade	Até ago/2012
		2.2 - 100% dos julgamentos dos pareceres prévios emitidos pelo TCE-PE informados	Até jun/2013
		2.3 - 90% dos pareceres prévios acatados pelas Câmaras	Até jun/2013
II - PROCESSOS INTERNOS	9 - Aumentar a qualidade e celeridade dos processos finalísticos	9.1 - Processo eletrônico de Aposentadorias, Pensões e Reformas implantado	Até dez/2012
		9.2 - Estoque de processos anteriores a 2008 zerado	Até dez/2012
		9.3 - Todos os processos de Prestação de Contas das prefeituras do exercício anterior instruídos	Até dez/2012
		9.4 - Adesão do Estado à prestação de contas eletrônica do TCE-PE efetuada	Até mar/2013
		9.5 - Automação da auditoria implantada	Até jun/2013
	9.6 - Processo eletrônico de Prestação de Contas implantado	Até nov/2013	
11 - Aperfeiçoar o modelo de gestão estratégica	11.1 - Plano Estratégico do TCE-PE publicado	Até mai/2013	
IV - APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO	17 - Aprimorar e promover a gestão de pessoas	17.1 - Política de Merecimento dos servidores do TCE-PE definida	Até ago/2012

Fonte: Núcleo de Planejamento, Controle Interno e Desenvolvimento Organizacional – NPC

Em dezembro de 2012, aconteceu a conclusão do segundo ciclo de planejamento do Tribunal iniciado em 2008. Dando continuidade a esse processo de planejamento, em 2012, foi elaborado o III Plano Estratégico do TCE-PE para o período de 2013-2018 e deflagrado o desdobramento da estratégia para todas as áreas da instituição.

Os grandes resultados a serem entregues para a sociedade são: 1) aumentar a efetividade do controle externo, 2) contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública e 3) contribuir para a transparência e o exercício do controle social. Nesse novo Plano, as metas mobilizadoras referem-se à tempestividade no julgamento dos processos, ressaltando que ao final do ciclo, a meta será zerar o índice de processos acima do prazo para julgamento.



4.3.2 – Gerenciamento de Projetos Estratégicos

O portfólio de projetos estratégicos foi definido pela Presidência com o auxílio de um modelo de pontuação que utilizou critérios tais como alinhamento estratégico, teor de inovação e prazo de execução. Os projetos que compõem o portfólio são acompanhados através de reuniões mensais com a alta administração e monitorados on-line através do sistema computacional Channel, conforme figura abaixo.



Durante o ano de 2012, o desempenho da execução de todos os Projetos Estratégicos (realizado versus planejado), atingiu **94,6%** discriminados a seguir:

Projetos Estratégicos	Objetivos	Conclusão	Desempenho (2012)
1 - Mensuração dos benefícios gerados pela atuação do TCE-PE	1) Quantificar os benefícios, potenciais e efetivos, gerados pela atuação do TCE-/PE; 2) Divulgar esses benefícios para a sociedade.	Ago / 2012	92,5%
2 - Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade - Sagres	1) Coletar dados sobre a execução orçamentária e financeira, pessoal, licitações e contratos das unidades jurisdicionadas; 2) Gerar informações que irão compor a prestação de contas eletrônica; 3) Fornecer dados para alimentação do Portal do Cidadão.	Dez / 2012	96,8%



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Projetos Estratégicos	Objetivos	Conclusão	Desempenho (2012)
3 - Implantação do Escritório de Projetos Corporativo	1) Implantar o escritório de projetos corporativo a fim de fomentar a cultura do gerenciamento de projetos; 2) Viabilizar a implantação da estrutura organizacional matricial no TCE-PE.	Dez / 2012	100,0%
4 - Monitoramento do Julgamento das Câmaras	1) Identificar providências adequadas à responsabilização dos Parlamentares omissos e/ou que não cumpriram o devido processo legal no exercício da função de julgamento das contas do chefe do Poder Executivo.	Ago / 2012	100,0%
5. Revisão do Modelo Organizacional	1) Flexibilizar a estrutura organizacional; 2) Adequar o modelo organizacional do TCE-PE ao novo modelo de Gestão Estratégica - Organização Matricial.	Dez / 2012	86,1%
6. Merecer	1) Criar um sistema de reconhecimento e premiação dos servidores do TCE-PE que, individualmente ou em equipes, ofereçam contribuições importantes às suas unidades e à instituição; 2) Promover a meritocracia no TCE-PE.	Ago / 2012	79,6%
7. Elaboração do Plano Estratégico 2013-18	1) Elaborar o Plano Estratégico do TCE para o período 2013-18; 2) Revisar o processo de monitoramento e avaliação do TCE-PE.	Mai / 2013	108,7%
8. Automação de Auditoria	1) Consolidar o sistema de testes automáticos de auditoria; 2) Desenvolver ferramentas de suporte ao planejamento de auditorias.	Jan / 2013	99,4%
9. Processo Eletrônico do TCE-PE	1) Permitir o trâmite dos processos finalísticos do TCE-PE integralmente em meio eletrônico; 2) Propiciar economia, celeridade e segurança no trâmite processual.	Set / 2013	54,3%

Fonte: NPC

O projeto estratégico de implantação do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – Sagres teve como principais resultados a instituição da coleta de dados em formato que permite análise automatizada. Atualmente, a base de dados do Sagres contém orçamentos do ano de 2012 de **182 municípios**, perfazendo um total de mais de **R\$ 18 bilhões**, passíveis de serem auditados.

No final do ano de 2012, o Tribunal de Contas editou **4 Resoluções** por meio das quais oficializa a implantação do Sagres no âmbito do governo estadual. Por meio de diferentes módulos, o Sagres realizará a coleta de dados informatizados sobre a execução orçamentária e financeira, registro contábil, licitações e contratos administrativos, além de despesas com pessoal de todas as unidades gestoras estaduais.

A implantação do Sagres em âmbito estadual vai possibilitar a ampliação do "Portal do Cidadão", onde o TCE-PE disponibilizará não apenas informações sobre as despesas dos municípios, mas também do Governo do Estado. O "Portal" será atualizado mensalmente e as informações ficarão acessíveis a todos os usuários da Internet, independentemente de cadastro. A transparência na gestão dos recursos públicos fomentada pelo Sagres, contribuirá para o aperfeiçoamento do controle social, pois o acesso aos dados da execução orçamentária e financeira do Governo do Estado ganhará mais um importante instrumento de divulgação.



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

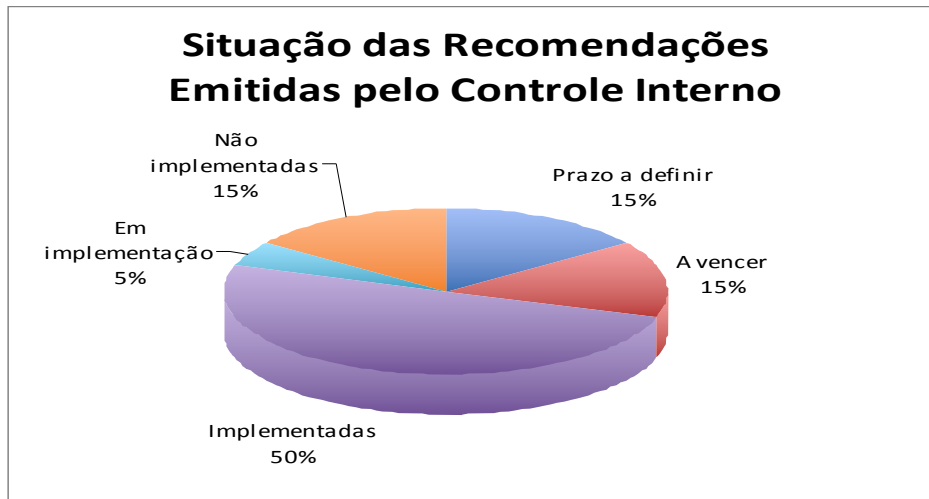
Destaca-se também que em 2012, diversos setores do TCE-PE passaram a utilizar a ferramenta Channel, tanto no módulo de Indicadores, como no de Gerenciamento de Projetos. Essa ferramenta foi adquirida pelo Instituto Ruy Barbosa e disponibilizada para todos os Tribunais de Contas do país.

4.3.3 – Ações de Controle Interno na Gestão do Tribunal de Contas

Segundo a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), o controle interno é um processo integrado e dinâmico que se adapta continuamente às mudanças enfrentadas pela organização. A direção e o corpo de funcionários, de todos os níveis, devem estar envolvidos nesse processo, para enfrentar os riscos e oferecer razoável segurança do alcance da missão institucional e dos objetivos gerais.

As auditorias internas realizadas em diversas unidades organizacionais do Tribunal fornecem regularmente informações sobre o funcionamento dessas áreas, identificando pontos fortes e fracos, além de recomendações para o aperfeiçoamento do seu controle interno. No ano de 2012, essas auditorias focaram nos seguintes pontos: 1) Utilização de diárias nos serviços de fiscalização, 2) Sistemática de planejamento anual e 3) Aderência da disponibilização das informações da Folha do TCE-PE à Lei Nº. 12.527, de 18/11/2011 (Lei de Acesso à Informação). Também foram analisadas as publicações quadrimestrais dos Relatórios de Gestão Fiscal.

Além disso, com o objetivo de melhorar os controles internos da instituição, foi publicado um “Guia para Elaboração de Normas para Registro de Rotinas de Trabalho”. Foi iniciado o controle do atendimento do TCE-PE às recomendações com a finalidade de solucionar as deficiências oriundas das auditorias internas, das validações dos Relatórios de Gestão Fiscal e da revisão dos documentos integrantes da Prestação de Contas do Tribunal. Em 2012, do total de **20** recomendações já validadas com os setores responsáveis, **10** foram implementadas. O gráfico a seguir ilustra as diversas situações das recomendações.



Fonte: NPC/ GECI

Os resultados apresentados representam um esforço em conjunto do Tribunal na busca do atendimento aos princípios gerais de toda instituição pública, que são a execução ordenada, ética, econômica, eficiente e eficaz das operações; o cumprimento das obrigações de *accountability*; o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis; e a salvaguarda dos recursos para evitar perdas, mau uso e dano.

4.3.4 – Gestão por Processos de Trabalho

No ano de 2012, a cultura de gestão por processos de trabalho foi aperfeiçoada, com a concepção, estudo e desenvolvimento de uma nova diretriz para a gestão de processos organizacionais, baseada nas boas práticas internacionais em Gerenciamento de Processos de Negócio – BPM. Nessa perspectiva, foram



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

realizadas ações voltadas para o diagnóstico de maturidade organizacional; revisão de métodos, técnicas, processos, papéis de trabalho e ferramentas; capacitações; alinhamento estratégico; revisão do modelo e da estrutura organizacional; benchmarks (Visitas técnicas a diversos órgãos), formalização de parcerias e participação em fóruns de conhecimento.

Além disso, houve melhoria dos seguintes processos de trabalho: 1) Inativos e Pensionistas e 2) Auditoria de Acompanhamento.

4.3.5 - Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo

O Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex), iniciado em 2006, tem como objetivo a melhoria da eficiência do gasto e da transparência das administrações públicas, além de promover o intercâmbio e troca de experiências entre os Tribunais de Contas. O programa enfatiza o fortalecimento do referido sistema como instrumento de cidadania e de efetiva, transparente e regular gestão dos recursos públicos, incluindo a intensificação das relações intergovernamentais e interinstitucionais.

O Promoex é composto de projetos múltiplos que são executados de forma descentralizada pelos Tribunais de Contas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, sujeitos a uma coordenação e supervisão centralizadas, de nível nacional, por meio da Direção Nacional vinculada à Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. A implementação do referido Programa é co-financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mediante a Operação de Crédito n° 1628/0C-BR, contando ainda com recursos provenientes de contrapartida local.

O valor total do projeto para o Tribunal durante todo o seu período de execução (2006-2013) foi de **R\$ 4.017.622,00**, tendo como valor de contrapartida **R\$ 1.591.383,00**, o que equivale a **39,6%**. O montante sob a responsabilidade do BID é de **R\$ 2.426.239,00 (60,4%)**. Desse valor, o TCE-PE recebeu, até 31 de dezembro de 2012, **R\$ 1.658.497,22** para a execução das ações programadas. O período da remessa desse valor está vinculado à consolidação da execução dos projetos por todos os Tribunais de Contas do país.

A seguir, estão registradas as ações de 2012 com a situação de cada produto:

Fase dos Produtos	Produtos	Valor dos Contratos (R\$)
Contratos concluídos em 2012	Produção de Vídeos Institucionais	43.799,45
	Consultoria em Gestão S/A	120.735,22
	Subtotal	164.534,67
Em elaboração do TDR	Licenças Qlikview	344.000,00
Não elaborados o TDR	Computadores (Estações de trabalho)	88.000,00
	TOTAL	596.534,67

Fonte: Promoex

Considerando a execução orçamentária com relação ao Promoex, em 2012, observou-se o seguinte:

- Valores orçados = **R\$ 395.000,00**
- Valores Empenhados = **240.970,39**
- Valores Liquidados = **R\$ 240.970,39**
- % de valores liquidados sobre valores empenhados = **100%**



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Em junho de 2012 houve um termo aditivo a esse contrato com vigência até 31 de março de 2013, ressaltando que ainda falta o Tribunal receber do BID a importância de **R\$ 767.741,78**, que representa **31,6 %** do valor acordado inicialmente.

4.4 - Gestão Administrativa e Financeira

4.4.1 – Infraestrutura Física

Dentre as ações desenvolvidas pelo TCE-PE para a melhoria das instalações físicas de suas unidades com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho a seus servidores, destacam-se:

- Conclusão do refeitório dos terceirizados.
- Reforma realizada no auditório do 10º andar para atendimento às exigências legais sobre acessibilidade.
- Climatização das copas do Edifício Dom Helder.
- Conclusão das instalações da sala de digitalização e certificação de documentos.
- Abertura da guarita do acesso ao Tribunal pela Avenida Mario Melo para facilitar a circulação dos servidores.

Com a criação do Grupo de Sustentabilidade no Tribunal, desenvolveram-se as seguintes ações de estímulo à prática da sustentabilidade ambiental no âmbito de suas dependências:

- Comemoração do Dia do Meio Ambiente com entrega de mudas de árvores consideradas em extinção.
- Campanhas de economia de energia.
- Entrega de blocos para anotação com papel reutilizável.
- Instalação do papa pilhas.

Com relação ao Projeto de Segurança da Informação (SI), com vistas a implementar um sistema de gestão de segurança interna da informação no Tribunal, foram realizadas análises de riscos em SI referente ao acesso físico ao prédio sede e propostas ações corretivas realizadas por meio de parcerias entre as coordenadorias e departamentos do TCE-PE.

4.4.2 - Execução Orçamentária

A execução orçamentária do exercício de 2012 somou **R\$ 245.061.783,15**, ou seja, **92,1%** do valor orçado acrescido dos créditos adicionais abertos no exercício. A seguir, o detalhamento da execução orçamentária no período:

a) Execução Orçamentária por Programas de Trabalho:

Programas de Trabalho	Dotação Anual Autorizada (R\$)	Despesas liquidadas (R\$)	% despesas liquidadas/empenhadas
Controle externo da aplicação dos recursos públicos do estado e dos municípios de PE	141.259.000,00	139.244.522,15	98,6
Projeto de Modernização do Controle Externo - Promoex	395.000,00	240.970,39	61,0
Adequação das instalações físicas do TCE-PE	6.452.100,00	1.162.206,08	18,0
Gestão administrativa das ações	49.151.600,00	42.562.595,89	86,6
Desenvolvimento e manutenção da infra-estrutura tecnológica	9.573.000,00	6.507.116,06	68,0
Comunicação institucional	747.300,00	521369,46	69,8



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Programas de Trabalho	Dotação Anual Autorizada (R\$)	Despesas liquidadas (R\$)	% despesas liquidadas/empenhadas
Operacionalização do acesso à PE- Multidigital	810.000,00	810.000,00	100,0
Capacitação e valorização de gestores e servidores	5.255.800,00	4.425.426,95	84,2
Contribuições patronais ao Funafin	40.486.400,00	39.094.399,83	96,6
Concessão de auxílio-alimentação a servidores	11.964.400,00	10.493.176,34	87,7
TOTAL	266.094.600,00	245.061.783,15	92,1

Fonte: Sistema de Controle de Arrecadação do Governo do Estado - E-fisco

b) Execução Orçamentária por Grupos de Despesas

Grupos de Despesas	Dotação Anual Autorizada		Despesas Liquidadas		% despesas liquidadas/Autorizadas
	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%	
Pessoal e Encargos Sociais	219.437.800,00	82,5	215.910.926,05	88,1%	98,4
Outras Despesas Correntes	33.996.100,00	12,8	26.698.819,50	10,9%	78,5
Investimentos	12.660.700,00	4,7	2.452.037,60	1,0%	19,4
TOTAL	266.094.600,00	100,0	245.061.783,15	100,0	92,1

Fonte: Sistema de Controle de Arrecadação do Governo do Estado - E-fisco

c) Execução Orçamentária por Fontes de Recursos

d)

Fontes de Recursos	Dotação Anual Autorizada (R\$)	Despesas Liquidadas (R\$)	% Despesas Liquidadas/Empenhadas
Recursos Ordinários	257.753.200,00	243.740.655,84	94,6
Convênio Promoex	260.000,00	219.970,39	84,6
Recursos Diretamente Arrecadados	1.031.400,00	689.684,80	66,9
Provenientes da Arrecadação de Recursos da Operacionalização da Conta Única	6.500.000,00	411.472,12	6,3
Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	550.000,00	0	0
TOTAL	266.094.600,00	245.061.783,15	92,1

Fonte: Sistema de Controle de Arrecadação do Governo do Estado - E-fisco

Os recursos financeiros à disposição do TCE-PE e do Fundo de Aperfeiçoamento Profissional e Reequipamento Técnico - Fapre tiveram a movimentação apresentada no quadro a seguir:



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

Disponibilidades	TCE-PE (R\$)	Fapre (R\$)
Contas Movimento	123.691,69	22.395,40
Aplicações - CDB	45.958.678,41	3.165.693,33
TOTAL	46.082.370,10	3.188.088,73

Fonte: Sistema de Controle de Arrecadação do Governo do Estado - E-fisco – 2012

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais do TCE-PE, segundo o relatório de gestão fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2012, corresponderam a **1,19%** da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado de Pernambuco nesse ano, percentual inferior ao limite prudencial de **1,48%** da RCL, o que evidencia o pleno cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e confirma a prudência do TCE-PE nas suas estimativas ante o desempenho da RCL em 2012.

4.5 - Segurança Jurídica dos Processos Internos

A Procuradoria Jurídica - PROC emitiu, no ano de 2012, **318** pareceres, sendo que, desse total, **254** foram emitidos em processos licitatórios e decorrentes de análise jurídica de minutas de termos contratuais e respectivos aditivos, minutas de convênios e temas assemelhados, enquanto os **64** restantes versaram sobre outras demandas e questões relacionadas à estrutura administrativa e funcional do Tribunal de Contas.

Ressalta-se, ademais, a atuação judicial direta da PROC apresentando informações e outras manifestações judiciais, notadamente recursos e respectivos memoriais, em Mandados de Segurança onde o Tribunal de Contas figurou como autoridade coatora, versando sobre questões relacionadas à sua estrutura administrativa e quadro funcional, totalizando **17** peças processuais. Foram apresentadas também **6** manifestações em outras ações e medidas judiciais, nos quais este Tribunal de Contas figurou como parte ou interessado, a exemplo de Contestações em Ações Ordinárias, versando sobre interesses da administração deste Tribunal e relacionados a demandas de seus servidores.

Registra-se, ademais, a participação efetiva de todos os Procuradores integrantes da Procuradoria Jurídica em **04** comissões de processos disciplinares e **03** comissões de investigação preliminar, contribuindo assim com a necessária orientação jurídica na condução dos respectivos processos e sindicâncias, em razão da própria natureza da carreira que integram. Houve a participação da Procuradoria Jurídica em comissão instituída para discutir questões relacionadas à implementação do Processo Administrativo Eletrônico no âmbito deste Tribunal de Contas. Menciona-se igual participação em grupo de discussão sobre a implementação da Lei de Acesso à Informação, por este Tribunal.



5 – APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO

5.1 – Força de Trabalho

Em dezembro de 2012, a força de trabalho do TCE-PE constava de **880** funcionários - com **76,4%** de servidores efetivos, **5,3%** de cargos comissionados (sem vínculo) e **18,3%** de servidores à disposição do Tribunal, conforme planilha e gráfico a seguir:

Resumo Geral de Cargos	Nº
Cargos vitalícios / Efetivos ocupados	714
Cargos em comissão sem vínculo	47
Servidores à disposição do TCE-PE	161
SUBTOTAL (a)	922
Servidores do TCE-PE cedidos a outros órgãos	- 30
Servidores em licença sem vencimentos	- 7
Servidores com mandato eletivo	- 5
FORÇA DE TRABALHO	880
Aposentados (b)	98
TOTAL GERAL (a) + (b)	1.020

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - DGP

Os cargos vitalícios e efetivos do TCE-PE estão ocupados por **714** servidores, assim distribuídos:

Cargos Vitalícios / Efetivos	Existentes	Ocupados	Vagos
Conselheiro	07	07	00
Auditor (Substituto de Conselheiro)	10	09	01
Procurador Geral-Adjunto	01	01	00
Procurador do Ministério Público de Contas	09	07	02
Procurador do Tribunal de Contas	04	04	00
Auditor das Contas Públicas	214	205	09
Auditor das Contas Públicas para Área da Saúde	05	05	00
Técnico de Auditoria das Contas Públicas	186	181	05
Inspetor de Obras Públicas	71	71	00
Técnico de Inspeção de Obras Públicas	40	40	00
Analista de Sistemas	30	30	00
Programador de Computador	07	07	00
Assistente Técnico de Plenário	24	23	01
Assistente Técnico de Administração e Informática	121	117	04
Agente de Segurança	05	04	01
Assistente de Plenário	01	01	00
Bibliotecário	02	02	00
TOTAL	737	714	23

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas - DGP

A força de trabalho do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco está alocada nas seguintes áreas:

- Instrução de processos: **47,3%** dos funcionários;
- Julgamento de processos: **25,2%** dos funcionários;
- Administração: **27,5%** dos funcionários.



5.2 – Desenvolvimento e Valorização das Pessoas

5.2.1 - Capacitação de Servidores

Com a finalidade de fortalecer a Política de Capacitação e aprimorar o desempenho institucional, no início de 2012, foram levantadas as necessidades de capacitação para os servidores do Tribunal de Contas do Estado. Até dezembro, foram capacitados **808** servidores.

A Escola de Contas Professor Barreto Guimarães firmou mais uma parceria para a realização de cursos de excelência voltados aos servidores do TCE-PE. Trata-se de uma ação conjunta com a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco – ESMAPE para a realização do curso de pós-graduação em Direito Público com Foco no Controle Externo dos Tribunais de Contas. Esse curso possui uma carga de **360** horas-aula e ocorrerá no período de **18** meses. Atualmente, conta com **37** alunos, sendo **30** servidores do TCE-PE e os demais de outros órgãos.

Visando ao aperfeiçoamento gerencial, **28** gestores do Tribunal foram capacitados no Programa de Gestão Avançada Amana-Key – APG Senior, em São Paulo, que traz como filosofia o refinamento de competências duráveis como a capacidade de pensar estrategicamente, a capacidade de lidar com desafios e soluções criativas, ou seja, busca o desenvolvimento do fazer acontecer.

Além disso, considerando o desenvolvimento individual, foi aprimorado o Sistema de Acompanhamento de Cadastro – SACA - que permite a cada servidor o acompanhamento do seu Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, que relaciona as capacitações internas e externas realizadas. A taxa de cumprimento do Programa de Educação Corporativa atingiu **89,9%** dos servidores.

Na programação financeira do Tribunal, estava previsto para o programa de “Capacitação e Valorização de Gestores e Servidores” uma dotação anual de **R\$ 5.755.800,00**. Foram gastos em 2012 **R\$ 4.425.426,95**, correspondendo a **84,2%** do total previsto. O índice de recursos aplicados em educação corporativa foi de **R\$ 768,15** por servidor.

5.2.2 - Avaliação de Desempenho

Foram realizados ajustes no processo de Avaliação de Desempenho com vistas a sua simplificação, como também para possibilitar a implantação do Programa Merecer. Este ano foi realizado o processo de avaliação de desempenho dos servidores efetivos, à disposição do TCE-PE e cargos comissionados. Do total desses servidores, **89,3%** atenderam a expectativa de desempenho do Tribunal.

Em setembro de 2012, foi publicada a Portaria TC Nº 13/2013 disciplinando o Sistema de Avaliação de Desempenho Profissional do TCE-PE. Além disso, foi elaborada a cartilha virtual “Sistema de Avaliação de Desempenho” para servir de orientação a todos os servidores do Tribunal. É importante ressaltar que esses resultados irão subsidiar o processo de progressão funcional de todos servidores.

5.2.3 – Programa Merecer

O Tribunal de Contas considera que sua capacidade de gerar resultados depende essencialmente da competência, motivação, comprometimento e integração de seus servidores. Entende que tais aspectos podem ser impulsionados por mecanismos institucionais de reconhecimento profissional das pessoas, através de programas de meritocracia.

Nesse sentido, foi concebido o Programa Merecer que irá reconhecer publicamente os servidores com alto desempenho, com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos do TCE-PE. Serão oferecidos incentivos institucionais e a primeira premiação do Programa Merecer será em 2013.



5.2.4 – Programa TCEndo Saúde

Esse programa está voltado para o bem estar geral e a saúde do servidor no desempenho de suas funções, envolvendo tanto os aspectos físicos, ambientais como os aspectos psicológicos do local de trabalho, aliando satisfação no trabalho e produtividade. Para tanto, foram aprimorados os seguintes projetos:

- Incentivo à atividade física;
- Incentivo à alimentação saudável;
- Preparação para aposentadoria;
- Projeto de Vacinação (**334** servidores e dependentes vacinados).

5.3 – Gestão do Conhecimento

Foram desenvolvidas pelo TCE-PE, por intermédio da Escola de Contas, ações relativas à produção e disseminação do conhecimento, incluindo a realização de eventos, tais como a realização de oficinas, encontros técnicos, seminários e disseminação do conhecimento em redes sociais.

a) Oficinas do Conhecimento

Essas oficinas são realizadas no TCE-PE desde 2008. O objetivo é identificar e difundir, entre os diversos segmentos do Tribunal, o conhecimento adquirido e produzido pelos servidores em trabalhos acadêmicos, em práticas vivenciadas ou até mesmo em outros temas e trabalhos que sejam do interesse da instituição.

Em 2012, foram realizadas **4** oficinas do conhecimento, com **609** participantes, cujos temas foram os seguintes:

- Segurança da Informação: Experiência do TCU e o Projeto do TCE-PE (**79** participantes);
- Lei de Acesso à Informação (**228** participantes);
- Planejamento Estratégico 2013-2018 (**179** participantes);
- O Terceiro Setor: Controle das Organizações Sociais” (**123** participantes).

b) Disseminação do conhecimento através de grupos de discussão no Facebook

1) Discutir pontos importantes e polêmicos sobre processos licitatórios é o objetivo do grupo **“Licitações em debate”**, criado pela Escola de Contas em sua página do Facebook. No ar desde junho, o grupo já conta com **481** participantes e é aberto ao público em geral, funcionando como uma ferramenta para tirar dúvidas, dar sugestões e trocar experiências sobre licitações e contratos (jurisprudências recentes, legislação, doutrinas, etc.). As discussões são mediadas por professores da Escola de Contas do TCE-PE que lecionam sobre o tema. Para participar do referido grupo é necessário ser usuário cadastrado no Facebook, (<http://www.facebook.com/groups/137329156402417>).

2) No final de novembro, foi criado o segundo grupo de discussão no Facebook que trata do tema **“Orçamento e Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público”**. Esse grupo com **367** membros tem como objetivo fomentar a discussão e o intercâmbio entre os professores da Escola de Contas Públicas e os interessados em geral, possibilitando à socialização de conhecimento, experiências e dúvidas nas temáticas contemporâneas de Orçamento e a Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

(<http://www.facebook.com/groups/389873674423791>).



6 – CONCLUSÕES

Uma síntese das principais atividades desenvolvidas como também dos resultados alcançados pelo Tribunal de **janeiro a dezembro de 2012** são apresentados a seguir:

I – Sociedade

> Os benefícios gerados pela ação de controle externo exercido pelo TCE-PE, tanto para a esfera estadual como municipal, totalizaram cerca de **R\$ 823,0 milhões**. Esses benefícios resultantes da atuação concomitante referem-se, sobretudo, a análises de procedimentos licitatórios que acarretaram redução do preço máximo e recuperação de receita. Para cada **R\$ 1,00** de recursos estaduais alocados no Tribunal, em 2012, o benefício à sociedade foi de **R\$ 3,36**.

> O Tribunal julgou **2.517** processos (exceto Aposentadorias, Pensões e Reformas) e **9.121** de Aposentadorias, Pensões e Reformas.

> O TCE-PE tem trabalhado no sentido de priorizar o julgamento dos processos antigos. Para demonstrar esse esforço, no início de 2012, o estoque de processos formalizados antes de 2008 era de **386** e foram julgados **207**, ressaltando-se a tendência de diminuição desse estoque.

> Foi definida uma meta mobilizadora de redução de processos prioritários para julgamento (**171**). Dessa relação, no período em análise, foram julgados **100** processos (**58,5%**).

> Dos **11.638** processos julgados em 2012, **10.531 (90,5%)** foram julgados pelos Conselheiros e **1.107 (9,5%)** pelos Auditores (Substitutos). Excluindo os processos de Aposentadorias, Pensões e Reformas, esses números passam para: Total de processos julgados = **2.517**; pelos Conselheiros = **1.723 (68,5%)** e Auditores = **794 (31,5%)**.

> Durante todo o ano de 2012, o Tribunal realizou **228** sessões, sendo **47** do Pleno, **91** da 1ª Câmara e **90** da 2ª Câmara.

> Além de todos os processos julgados, o TCE-PE emitiu Parecer Prévio recomendando à Assembleia Legislativa a aprovação da Prestação de Contas do Governo do Estado, referente ao ano de 2010. No que se refere às contas de 2011, foi efetuado trabalho de auditoria ao final do exercício de 2012, cujo processo encontra-se em fase de defesa, aguardando, emissão de Parecer Prévio por este Tribunal.

> Com relação à publicação de processos, em 2012, registra-se o número de **11.427** deliberações publicadas atingindo um desempenho de **97,8%** no período. O tempo médio de publicação dessas deliberações foi de **13** dias.

> O TCE-PE encaminhou ao Ministério Público de Pernambuco a documentação para o afastamento de três prefeitos do Estado de Pernambuco. O MPPE endossou o pedido no Tribunal de Justiça, que o aprovou por unanimidade. No caso de Araripina, considerado o mais grave, o TCE-PE votou pela intervenção estadual e o Ministério Público endossou o pedido na Corte Especial do Tribunal de Justiça, levando o Governador a nomear um interventor, que administrou a cidade até 31 de dezembro de 2012. Nos demais casos, Araçoiaba e Bezerros, estavam gerindo a cidade os vice-prefeitos, por ordem dos juízes de direito das respectivas Comarcas.

> O Tribunal de Contas, no ano de 2012, fortaleceu sua parceria com o Ministério Público de Pernambuco, visando a uma maior efetividade das ações de controle externo desenvolvidas. Esse fato acarretou: a) O aprofundamento do debate com a sociedade acerca do julgamento pelas Câmaras dos pareceres prévios emitidos pelo Tribunal, sem a observância do devido processo legal e b) o aumento no número de Câmaras que informaram o seu julgamento ao Tribunal. É importante ressaltar que essa Corte de Contas é a primeira no Brasil a desenvolver esse tipo de ação.



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

> Foram emitidas **75** Medidas Cautelares (MC), nas seguintes modalidades: **33** Auditorias Especiais, **20** Pedidos Incidentais, **16** Medidas Cautelares, **5** Pedidos de Rescisão e **1** Denúncia. Desse total, todas foram adotadas e referendadas pelo Pleno/Câmaras, sendo **66 (88,0%)** da esfera municipal e **9 (12,0%)** da estadual.

> Com relação à Lei de Acesso à Informação - LAI, o TCE-PE aprovou uma Resolução regulamentando a Lei Federal nº 12.527/2011 que entrou em vigor a partir de maio/2012. Importante destacar que o TCE-PE foi o primeiro Tribunal de Contas do Brasil a regulamentar essa lei. Nesse sentido, foi implantando o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC. Esse serviço disponibiliza no sítio da internet dados de interesse do cidadão e formulário eletrônico para solicitação de informações. Foram registradas **128** solicitações de informações, de maio a dezembro de 2012, e todas foram respondidas no prazo legal.

> O Tribunal de Contas enviou à Justiça Eleitoral, em julho de 2012, a lista dos gestores públicos que tiveram suas contas rejeitadas nos últimos oito anos. A relação, com **1.392** nomes, foi disponibilizada no site do TCE para efeito de consulta por parte dos interessados. A divulgação é uma exigência da Lei das Eleições (Lei Federal nº 9.504/97).

> O projeto estratégico de implantação do **Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – SAGRES** teve como principais resultados a instituição da coleta de dados em formato que permite análise automatizada. Atualmente, a base de dados do SAGRES contém orçamentos do ano de 2012 de **182 municípios**, perfazendo um total de mais de **R\$ 18 bilhões**, passíveis de serem auditados

> O Tribunal de Contas, através do programa TCEndo Cidadania, atingiu no período um total de **6.470** pessoas estimuladas a exercer o Controle Social, distribuídas pelas seguintes ações: a) Escola da Cidadania = **5.118** em **39** instituições; b) Fórum TCEndo Cidadania = **605** em **7** municípios e c) Curso de Gestão Pública para representantes de Conselhos Municipais = **747** em **18** municípios.

> A Ouvidoria registrou **998** demandas do cidadão, destacando-se **673 (68,0%)** relacionadas a informações sobre Atos de Gestão e **237 (24,0%)** à orientação técnica. Das demandas que ingressaram no período, **610** foram concluídas.

> Outra forma importante de comunicação com o público externo é o meio eletrônico (internet) onde o sítio do TCE-PE contabilizou no período **430.881** acessos.

> O TCE-PE lançou na internet, em novembro de 2011, o Portal do Cidadão, contendo informações sobre receitas, despesas, licitações, contratos e informações relacionadas à saúde dos diversos municípios pernambucanos. De janeiro a dezembro de 2012, foram registrados **26.578** acessos ao referido Portal. O Portal do Cidadão é referência em matéria de transparência, tendo em vista que obteve o 2º lugar na premiação nacional de desenvolvedores QlikView (ferramenta utilizada para o desenvolvimento do portal), em evento que se realizou em São Paulo no mês de julho/2012.

> O Tribunal mais uma vez inovou publicando o Portal da Saúde. Nessa área, o cidadão tem acesso a informações dos municípios tais como taxa de mortalidade infantil, taxa de gravidez na adolescência, despesa com medicamentos por habitante, dentre outros, além de poder verificar o ranking entre os municípios.

> Destaca-se ainda que o TCE-PE ministrou um curso sobre o Portal do Cidadão direcionado para jornalistas de diferentes órgãos de imprensa de Pernambuco. Além disso, o Portal foi indicado para concorrer ao “Prêmio Nacional de Transparência da Câmara dos Deputados”.

II – Clientes

> A Escola de Contas, objetivando a melhoria da gestão pública, realizou **120** capacitações com **3.173** servidores de jurisdicionados do TCE-PE, entre cursos presenciais, conveniados e de educação a distância.



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

> Em 2012, a ECPBG foi credenciada pelo Conselho Estadual de Educação para oferecer curso de pós-graduação lato sensu e de especialização em Gestão Pública e Controle.

> Neste ano, o Tribunal efetivou a criação do Grupo de Sustentabilidade que tem por objetivo desenvolver ações de estímulo à prática da sustentabilidade ambiental no âmbito das suas dependências, bem como incorporar esse relevante tema às ações de controle externo. Ressalta-se a realização do encontro de “Sustentabilidade e Controle Externo nos Municípios”, com informações acerca da contribuição do TCE-PE como órgão de Controle Externo, bem como de outros órgãos/entidades da administração pública, na busca pela sustentabilidade ambiental no Estado, apresentando as ações a serem desenvolvidas por esses órgãos/entidades e debatendo o tema com alguns dos principais atores envolvidos.

> Ainda como ações efetivas do Tribunal nessa área, destacam-se: a auditoria operacional iniciada no último trimestre de 2012, com foco nos critérios e procedimentos referentes à liberação da parcela do ICMS Socioambiental para os Municípios, relativa à existência e funcionamento de destinação ambientalmente adequada dos seus resíduos sólidos; e a assinatura, juntamente com o MPPE, MPT e CPRH, de Notificações Preliminares Preventivas que serão encaminhadas aos prefeitos de todos os Municípios do Estado.

> O Tribunal com apoio do Governo do Estado realizou seminário sobre as novas normas de contabilidade pública e privada aplicadas às Unidades Gestoras estaduais. Cerca de **300** pessoas participaram desse evento.

> Com referência à orientação aos jurisdicionados, em 2012, foram formalizados **8** Termos de Ajuste de Conduta - TAGs, sendo **3** para a esfera estadual e **5** para a municipal, versando sobre deficiências de natureza operacional (diárias, utilização de veículos, pregão, bens imóveis não registrados, não implementação da nova contabilidade societária em vigor no país, não divulgação de informações na internet, etc.).

> Em 2012, a Ouvidoria realizou encontros e visitas locais a entidades sociais parceiras de Petrolina e da região da Mata Sul de Palmares, totalizando **2** encontros e **58** entidades visitadas.

> Para melhorar a integração com os parceiros foram desenvolvidas ações de fortalecimento da articulação institucional, especialmente com órgãos também ligados ao controle externo. Até dezembro de 2012, foram firmados **7** novos convênios ou dado continuidade aos já existentes, perfazendo um total de **41** convênios.

III – Processos Internos

> Foram formalizados **12.266** processos, sendo **9.214** referentes a Aposentadorias, Pensões e Reformas (**75,1%**); **9.694** processos tiveram a instrução concluída, representando **96,7%** da meta anual (**10.027**).

> De acordo com critérios próprios e autônomos, o Ministério Público pronuncia-se sobre alguns dos processos em tramitação. No ano de 2012, o MPCO exarou **1.065** pareceres e cotas. É importante ressaltar que, excetuando-se a produtividade da Procuradora-Geral que não possui meta, o número de pareceres e cotas emitidos foi de **979**, representando **97,1%** da meta estabelecida para o período.

> Durante o exercício de 2012, deram entrada no Ministério Público de Contas **932** processos para emissão de parecer. No mesmo período, foram emitidos **1.029** pareceres e cotas diretos em processos formalizados (tem parecer que é dado extra processo), o que evidencia uma taxa de eficiência de **110,4%**.

> Em 2012, foram acolhidos **684** dos **785** pareceres apreciados, representando uma taxa de pareceres emitidos pelo MPCO e acatados pelo TCE-PE da ordem de **87,1%**, ultrapassando a meta que foi estabelecida em **80%**.

> Em dezembro de 2012, houve a conclusão do segundo ciclo de planejamento do Tribunal iniciado em 2008. Dando continuidade a esse processo de planejamento, foi elaborado o III Plano Estratégico do TCE-PE para o período de 2013-2018 e concluído o desdobramento da estratégia para todas as áreas da instituição.



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

- > Uma novidade introduzida no monitoramento por essa gestão foi o acompanhamento mensal de **38** Indicadores (**24** estratégicos e **14** gerenciais) por parte da presidente do Tribunal (não invalidando o monitoramento trimestral), com o objetivo de tomar decisões rápidas com relação aos problemas surgidos na execução da estratégia.
- > O portfólio de projetos estratégicos foi definido pela presidência. Os **8** projetos que compõem esse portfólio são acompanhados através de reuniões mensais com a presidência e monitorados on-line através da ferramenta Channel. O desempenho da execução de todos esses projetos (realizado versus planejado) atingiu **94,6%** em 2012.
- > O projeto estratégico de implantação do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade – Sagres teve como principais resultados a instituição da coleta de dados em formato que permite análise automatizada. Atualmente, a base de dados do SAGRES contém orçamentos do ano de 2012 de **182** municípios, perfazendo um total de mais de **R\$ 18 bilhões**, passíveis de serem auditados.
- > Destaca-se também que em 2012, setores do TCE-PE passaram a utilizar a ferramenta Channel, tanto no módulo de Indicadores, como no de Gerenciamento de Projetos. Essa ferramenta foi adquirida pelo Instituto Ruy Barbosa e disponibilizada para todos os Tribunais de Contas do país.
- > Dentre as inúmeras ações desenvolvidas pelo TCE-PE para a melhoria das instalações físicas de suas unidades com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho a seus servidores, destacam-se as seguintes: conclusão do refeitório dos terceirizados; reforma no auditório do 10º andar para questão de acessibilidade; climatização das copas do Edifício Dom Helder; mudanças internas de layout das salas para melhor tender a nova gestão; abertura da guarita do acesso ao Tribunal pela Avenida Mario Melo para melhor atender aos servidores.
- > Para custear todas as atividades do Tribunal, foi autorizada a dotação anual de **R\$ 266.094.600,00** (Orçamento inicial + créditos adicionais). Essa dotação foi distribuída pelos seguintes grupos de despesas: Pessoal e Encargos Sociais = **88,1%**; Outras Despesas Correntes = **10,9%**; e Investimentos = **1,0%**.
- > A execução orçamentária do exercício de 2012 somou **R\$ 245.061.783,15**, ou seja, **92,1%** do valor orçado acrescido dos créditos adicionais abertos no exercício;
- > As despesas de Pessoal e Encargos Sociais do TCE-PE, segundo o relatório de gestão fiscal referente ao terceiro quadrimestre de 2012, corresponderam a **1,19%** da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado de Pernambuco nesse ano, percentual inferior ao limite prudencial de **1,48%** da RCL, o que evidencia o pleno cumprimento dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e confirma a prudência do TCE-PE nas suas estimativas ante o desempenho da RCL em 2012.
- > A Procuradoria Jurídica - PROC emitiu, no ano de 2012, **318** pareceres, sendo que, desse total, **254** foram emitidos em processos licitatórios e decorrentes de análise jurídica de minutas de termos contratuais e respectivos aditivos, minutas de convênios e temas assemelhados, enquanto os **64** restantes versaram sobre outras demandas e questões relacionadas à estrutura administrativa e funcional do Tribunal de Contas.

IV – Aprendizagem e Crescimento

- > Em dezembro de 2012, a força de trabalho do TCE-PE constava de **880** funcionários – com **76,4%** de servidores efetivos, **5,3%** de cargos em comissão (sem vínculo) e **18,3%** de servidores à disposição do Tribunal. Os cargos vitalícios / efetivos do TCE-PE estão ocupados por **714** servidores, havendo **23** cargos vagos.
- > A força de trabalho do Tribunal de Contas está alocada nas seguintes áreas: a) Instrução de processos: **47,3%**; b) Julgamento de processos: **25,2%**; e Administração: **27,5%** dos funcionários.



ESTADO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Contas

> Com a finalidade de fortalecer a Política de Capacitação e aprimorar o desempenho institucional, no início de 2012, foram levantadas as necessidades de capacitação para os servidores do Tribunal de Contas do Estado. Até dezembro, foram capacitados **808** servidores.

> O Tribunal firmou convênio com o Centro de Educação e Desenvolvimento do **Grupo Amana-Key** para a preparação dos líderes do TCE-PE para os desafios da gestão que vêm à frente. Foram capacitados **28** servidores ocupantes de cargos estratégicos do Tribunal no programa APG Sênior.

> A Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães firmou uma parceria para a realização de cursos de excelência voltados aos servidores do TCE-PE. Trata-se de uma ação conjunta com a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco – ESMAPE para a realização do curso de pós-graduação em Direito Público com Foco no Controle Externo dos Tribunais de Contas. Esse curso possui uma carga de **360** horas-aula e ocorrerá no período de **18** meses. Atualmente, conta com **37** alunos, sendo **30** servidores do TCE-PE e os demais de outros órgãos.

> Considerando o desenvolvimento individual, foi aprimorado o sistema de Acompanhamento de Cadastro – SACA - que permite a cada servidor o acompanhamento do seu Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, que relaciona as capacitações internas e externas realizadas. A taxa de cumprimento do Programa de Educação Corporativa atingiu **89,9%** dos servidores.

> Na programação financeira do Tribunal, estava previsto para o programa de “Capacitação e Valorização de Gestores e Servidores” uma dotação anual de **R\$ 5.755.800,00**. Foram gastos em 2012 **R\$ 4.425.426,95**, correspondendo a **84,2%** do total previsto. O índice de recursos aplicados em educação corporativa foi de **R\$ 768,15** por servidor.

> Este ano foi realizado o processo de avaliação de desempenho dos servidores efetivos, à disposição do TCE-PE e cargos comissionados. Do total desses servidores, **89,3%** atenderam a expectativa de desempenho do Tribunal.

> Foi lançado em novembro de 2012 o **Programa Merecer** que irá reconhecer publicamente os servidores com alto desempenho, com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos do TCE-PE. Serão oferecidos incentivos institucionais e a primeira premiação do Programa Merecer será em 2013.

> O programa TCEndo Saúde voltado para o bem estar geral e a saúde do servidor no desempenho de suas funções, envolve tanto os aspectos físicos, ambientais como os aspectos psicológicos do local de trabalho, aliando satisfação no trabalho e produtividade. Para tanto, foram aprimorados os seguintes projetos: a) Incentivo à atividade física; b) Incentivo à alimentação saudável; c) Preparação para aposentadoria; e d) Projeto de Vacinação (**334** servidores e dependentes vacinados).

> Foram desenvolvidas pelo TCE-PE, por intermédio da Escola de Contas, ações relativas à produção e disseminação do conhecimento, incluindo a realização de eventos, tais como oficinas (**609** participantes), encontros técnicos, seminários e disseminação do conhecimento em redes sociais (**848** participantes).

Todas as ações apresentadas neste Relatório sintetizam o esforço do Tribunal de Contas para o cumprimento de sua missão de fiscalizar e orientar a gestão pública em benefício da sociedade.